

Setúbal Arqueológica
vol. 20



O CASTRO DE CHIBANES NA CONQUISTA ROMANA

Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017



O CASTRO DE CHIBANES NA CONQUISTA ROMANA

Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017

Coordenação
Carlos Tavares da Silva
Joaquina Soares



Setúbal Arqueológica

Vol. 20 | 2021

Propriedade	MAEDS/AMRS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/ /Associação de Municípios da Região de Setúbal
Direcção	Carlos Tavares da Silva Joaquina Soares
Coordenação do volume	Carlos Tavares da Silva Joaquina Soares
Capa	Ana Castela
Desenho de campo	David Jesus, Jorge Feio, Jorge Costa [†] , Júlio Costa e Teresa Rita Pereira
Desenho de materiais	Françoise Mayet, Inês Conde, João Pimenta e Teresa Rita Pereira
Mapas	Paula Covas
Fotografia	Arquivo MAEDS, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Rosa Nunes
Inventário	Fernanda Fino, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte e Virgínia Ajuda
Restauro	Paula Palmeira
Paginação e artes finais	Ana Castela e Paula Covas
Impressão	Tipografia Belgráfica Lda.

Informações e permutas Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Avenida Luisa Todi, 162 - 2900-451 Setúbal (Portugal)
Tel.: +351 265 239 365/265 534 029
E-mail: maeds@amrs.pt
Site: <http://maeds.amrs.pt/>
Blog: <http://maedseventosactividades.blogspot.pt/>

ISSN 0872-3451

Depósito Legal 494630/22

Copyright® Setúbal Arqueológica e autores, 2021
Todos os direitos reservados. Este livro ficará disponível em
open access: <http://maeds.amrs.pt/setubalarqueologica.html>

LISTA DE AUTORES

Adriana Leite

Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour (ICArEHB; Universidade do Algarve)
<https://orcid.org/0000-0001-6721-743X>

Ana Elisabete Pires

Grupo ARCHGEN, BIOPOLIS/CIBIO-InBIO, Universidade do Porto.
ana.elisabete.pires@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1118-8569>

Anders Götherström

Centre for Palaeogenetics, Stockholm University, Sweden.
<https://orcid.org/0000-0001-8579-1304>

Antónia Coelho-Soares

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal.
antonia.c.soares@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6361-7062>

Carlos Tavares da Silva

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
ctavaressilva@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0447-9237>

Catarina Ginja

Grupo ARCHGEN, BIOPOLIS/CIBIO-InBIO, Universidade do Porto.
catarinaginja@cibio.up.pt
<https://orcid.org/0000-0003-2278-7089>

Cleia Detry

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
cleiadetry@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5359-2500>

Elisa de Sousa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
e.sousa@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3160-108X>

João Pimenta

Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
joao.marques@cm-vfxira.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5149-5566>

Joaquina Soares

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
joaquinasoares1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5957-3354>

José Antonio Correa Rodríguez

Catedrático Emérito de la Universidad de Sevilla
jacorrea@us.es

Maria Leonor Ferreira

Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.
<https://orcid.org/0000-0002-5991-4101>

Noé Conejo

Departamento de Prehistoria y Arqueología. Universidad de Sevilla
nconejo@us.es
<https://orcid.org/0000-0002-4367-5695>

Ricardo Miguel Godinho

Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour (ICArEHB; Universidade do Algarve)
<https://orcid.org/0000-0003-0107-9577>

Sílvia de Lima Guimarães Chiarelli

Grupo ARCHGEN, BIOPOLIS/CIBIO-InBIO, Universidade do Porto.
<https://www.cienciavtae.pt/portal/FE19-D7B4-3750>

Silvia Valenzuela-Lamas

Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Institució Milà i Fontanals, Archaeology of Social Dynamics, Barcelona, Spain.
<https://orcid.org/0000-0001-9886-0372>

Susana Duarte

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal.
cea.maeds@amrs.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6071-9680>

Susana Estrela

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
estrela.susana@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1303-0829>

Teresa Rita Pereira

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
t.pereira.maeds@amrs.pt
<https://orcid.org/0000-0003-2764-7210>

Vincenzo Soria

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ.
vinso84@hotmail.it
<https://orcid.org/0000-0002-2891-6681>

ÍNDICE

- 9 O SÍTIO, A PAISAGEM, OS ECOFACTOS...**
- 11 I. Introdução**
Joaquina Soares
Carlos Tavares da Silva
- 27 II. Chibanes. As campanhas de 1996-2017 e a periodização da ocupação humana**
Carlos Tavares da Silva
Joaquina Soares
Antónia Coelho-Soares
Susana Duarte
Teresa Rita Pereira
- 45 III. Chibanes. Organização do espaço edificado durante a Idade do Ferro e o Período Romano Republicano**
Carlos Tavares da Silva
Joaquina Soares
Susana Duarte
- 65 IV. Contextos antropológicos do Castro de Chibanes**
Ricardo Miguel Godinho
Adriana Leite
- 73 V. Enterramentos infantis em espaço residencial**
Joaquina Soares
Susana Duarte
- 77 VI. O estudo da fauna dos níveis da Idade do Ferro do Castro de Chibanes (Palmela, Portugal)**
Cleia Detry
Carlos Tavares da Silva
Joaquina Soares
- 87 VII. Genomic analysis of cattle from the Roman Republican fortification of Chibanes, Palmela, Portugal**
Maria Leonor Ferreira
Sílvia de Lima Guimarães Chiarelli
Joaquina Soares
Carlos Tavares da Silva
Cleia Detry
Silvia Valenzuela-Lamas
Anders Götherström
Ana Elisabete Pires
Catarina Ginja
- 103 CULTURA MATERIAL: CERÂMICA**
- 105 VIII. As taças helenísticas com decoração a molde**
Elisa de Sousa

- 109 IX. A cerâmica tipo Kuass
Elisa de Sousa
- 113 X. Caracterização morfo-estratigráfica das cerâmicas de verniz negro itálico e imitações de Chibanes
Vincenzo Soria
- 121 XI. Chibanes. Cerâmica de paredes finas
Antónia Coelho-Soares
- 131 XII. A cerâmica cinzenta
Elisa de Sousa
- 149 XIII. A cerâmica comum
Elisa de Sousa
Teresa Rita Pereira
- 229 XIV. As ânforas de Chibanes
João Pimenta
- 279 XV. Fiação, tecelagem e costura
Teresa Rita Pereira
Joaquina Soares
Carlos Tavares da Silva
- 293 XVI. Signos epigráficos en Chibanes (Palmela)
José Antonio Correa Rodríguez
- 303 METAIS, NUMISMAS E ADORNOS**
- 305 XVII. Os artefactos metálicos
Teresa Rita Pereira
- 347 XVIII. Uso y circulación de moneda en Castro de Chibanes (Palmela, Setúbal): siglos II – I a.C.
Noé Conejo
- 357 XIX. Adornos de Chibanes
Susana Estrela
- 377 INTEGRAR E CONCLUIR**
- 379 XX. Cultura material e sociedade: as conclusões possíveis
Joaquina Soares
Carlos Tavares da Silva

Cultura material e sociedade: as conclusões possíveis

Joaquina Soares*
Carlos Tavares da Silva*

Estratigrafia e Cronologia

Partimos para o projecto Chibanes tendo por base o legado de A.I. Marques da Costa (1910), pelo que a nossa prioridade se centrou na interpretação da estratigrafia, que não havia sido detectada por aquele arqueólogo, e na análise de pormenor das variações laterais da mesma, o que permitiu reconstituir a cronologia relativa, ou seja, a evolução e as dinâmicas sociais da ocupação humana do sítio, no tempo e no espaço. O presente volume é dedicado à sequência estratigráfica depositada sobre um estrato de paleossolo, formado durante o longo abandono que mediou entre a Idade do Bronze antigo e o final da Idade do Ferro. Sobre esse paleossolo formaram-se camadas de origem antrópica durante um lapso de tempo que engloba o século III e poderá ter chegado a *ca.* 40 a.C. de acordo com a tipologia da cultura material com pertinência cronológica, sem esquecer a consulta de algumas fontes escritas, de autores greco-latinos¹, mesmo que por vezes contraditórias, pois podem avivar, sob análise crítica (Gomes e Arruda, 2019), as realidades arqueológicas. Não foram por agora realizadas datações radiocarbónicas, uma vez que os desvios-padrão não permitiriam um controlo da dimensão temporal tão desagregada quanto a proporcionada pela datação histórica fornecida pelos artefactos. No entanto, pretendemos vir a realizar um programa de análises radiométricas e isotópicas mais dirigido para aspectos paleoambientais e paleoeconómicos. No momento de realizar uma síntese sobre os castros sidérico e romano republicano de Chibanes a narrativa seguirá um alinhamento cronológico.

Fortificação do final da Idade do Ferro (Fase Chibanes II)

Como já referimos na Introdução à presente monografia, a informação disponível sobre esta fase de ocupação é relativamente diminuta, não só porque a área escavada foi reduzida, mas também porque a sua duração terá sido curta. Os dados disponíveis, sobretudo pela ausência, ou quase, de produções cerâmicas características da II Idade do Ferro, como cerâmica ática, tipo Kuass ou ânforas Mañá-Pascual A4, aconselham a situar a data de fundação do castro no final da Idade do Ferro, durante o século III a.C., prolongando-se até à chegada de tropas romanas, muito provavelmente no final do século II a.C., hipótese que só o aprofundamento do estudo poderá vir ou não a comprovar, pois estabelecer cronologias com base em ausências não é metodologia muito fiável.

A economia desta comunidade assentou na agro-pastorícia, com a presença maioritária de gado ovicaprino, seguido pelo suíno e bovino; a pesca, o marisqueio e a caça detiveram papel claramente secundário (cf. Cap. VI), o que poderá ser explicado por mobilidade reduzida, território económico restrito, padrão de dieta culturalmente condicionado ou pelo conjunto dos factores aduzidos.

As trocas comerciais e a aquisição de produtos alimentares foram sobretudo de escala local/regional (cf. Caps. XIII-XIV) como se pode observar (Quadro 1) através da boa representação de ânforas de tradição ibero-púnica e fabrico Tejo/Sado (Quadro 1, *ca.* 28%); o mesmo se aplica à cerâmica comum de armazenagem

* MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – UNIARQ.

1 - O processo da conquista da Península Ibérica pela potência hegemónica e fortemente militarizada de Roma começou com a Segunda Guerra Púnica (218 – 201 a.C.) e estendeu-se até ao último quartel do século I a.C., consolidando-se nos primeiros anos do século I d.C.. Uma das obras que melhor reflecte a expansão do poder romano na Ibéria é a *Geografia* de Estrabão, no seu livro III. Autor contemporâneo de Augusto e admirador dos feitos romanos, muito embora de cultura grega minorasiática, não será propriamente imparcial; em obra que pretendeu abarcar a *oikoumene*, relata as suas próprias experiências e ainda informação recolhida em Homero (sécs. X-IX a.C.), Posidónio (c. 135 – 51 a.C.), Políbio (c. 200 – 118 a.C) e Júlio César (100 – 44 a.C.). Igualmente importantes para este período foram a História de Roma de Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.) e a obra de Apiano (95 d.C. – 165 d.C.). Cf. Silva, 2013.

(8,7%) e de cozinha/mesa (45,4%), exclusivamente de fabrico local/regional. A cerâmica manual detém cerca de 12,6% no universo da totalidade de artefactos cerâmicos, e sobe para 27,7% na amostra de cerâmica comum de cozinha/mesa de fabrico local/regional, o que tem sido considerado um bom indicador de contextos pré-romanos (Berrocal Rangel, 1992, p. 105). A elevada frequência relativa de cerâmica cinzenta de mesa (ca. 12,6%) constitui um dos melhores indicadores da ligação de Chibanes à tradição oleira da região de Lisboa, onde a cerâmica cinzenta, produzida desde

a Idade do Bronze final, atravessou toda a Idade do Ferro (Sousa, 2021), com capacidade de renovação e manutenção da sua popularidade, mesmo em casais dispersos pelo espaço rural (Cardoso e Tavares da Silva, 2012). Este tipo de fabrico subsistirá durante o Período Romano Republicano, mesmo em competição com a sofisticada cerâmica de mesa de verniz negro itálico.

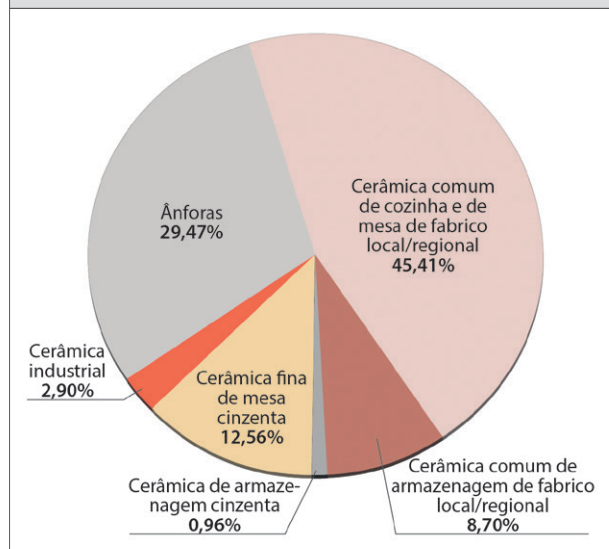
A cerâmica pintada de tradição ibero-turdetana encontra-se presente (4,35%), mas a decoração limita-se a motivos geométricos simples e monocromos, de tonalidade avermelhada: filetes ou bandas paralelas, por vezes sublinhando o bordo, menos frequentemente abrangendo também o bojo, e mais raramente organizadas de forma concêntrica ou em padrões cruzados (cf. Cap. XIII). Se a pouca expressão de decoração parece ser um indicador de momentos tardios da Idade do Ferro, o carácter monocromo dessa pintura aponta no mesmo sentido (Rodríguez Díaz, 1991, p. 57).

A cerâmica estampilhada, embora somente com 1,9% no universo da totalidade dos artefactos cerâmicos, é, quiçá, a componente cultural de âmbito mais continental (Berrocal-Rangel, 1989, 1990). No entanto, esta cerâmica, no final da Idade do Ferro, atinge o litoral, por exemplo nos povoados de altura de Pedra da Atalaia (Tavares da Silva, 1978) e Miróbriga (Soares e Tavares da Silva, 1979; Horta da Silva e Mendonça, 1979), ambos no concelho de Santiago do Cacém, e no santuário rupestre da Lapa do Fumo, em Sesimbra (Arruda e Cardoso, 2013). Porém, é no depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.*, 1985), onde a cerâmica estampilhada se entrosa com a matriz cultural mediterrânea, quer de filiação meridional gaditana, quer de tradição helenística levantina, que melhor se aprecia a miscigenação cultural e o sincretismo religioso ocorridos no Sudoeste português durante o século III a.C.

Com uma frequência relativa ligeiramente inferior à da cerâmica estampilhada, surgiram algumas ânforas de importação (T-8.1.1.2. - Tiñosa; T-8.2.1.1. - Carmona) (ca. 1,44%) que indicam interações com a baía gaditana (Sáez Romero, 2018; cf. Cap. XIV), provavelmente por via marítima, não sendo no entanto improvável que logo a partir da primeira metade do século II a.C., face à situação instável em que a Hispânia se encontrava, o comércio gaditano tivesse intensificado a utilização do Guadiana como via alternativa sazonal e/ou paralela à marítima, sendo esta mais insegura e menos vocacionada para mercados de curta/média distância, como o Alentejo e a Extremadura espanhola. Uma moeda de *Myrtilis* (CHIB 01/2442), embora descontextualizada, pode apoiar esta hipótese (cf. Cap. XVIII). Outros autores têm defendido a dinamização desta via fluvial

Quadro 1 - Chibanes. Artefactos cerâmicos. Fase II.

Idade do Ferro - Fase II	NMI	%
Cerâmica comum de cozinha e de mesa de fabrico local/regional	94	45,41%
ao torno	64	30,92%
manual/ torno lento	26	12,56%
cozinha/mesa pintada	4	1,93%
Cerâmica comum de armazenagem de fabrico local/ regional	18	8,70%
armazenagem lisa	9	4,35%
estampilhada	4	1,93%
armazenagem pintada	5	2,42%
Cerâmica de armazenagem cinzenta	2	0,96%
Cerâmica fina de mesa cinzenta	26	12,56%
Cerâmica industrial	6	2,90%
cossoiros	6	2,90%
Ânforas	61	29,47%
fabrico local/regional	58	28,02%
ânforas tradição ibero-púnica - fabrico Tejo/Sado	58	28,02%
importadas	3	1,44%
ânfora Carmona - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste	1	0,48%
ânfora Tiñosa - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste	1	0,48%
ânfora Mañá C2b - Ulterior/ Costa Sudoeste	1	0,48%
TOTAL	207	100,00%



sobretudo a partir do século II a.C. (Sousa, Arruda e Pereira, 2020). As emissões monetárias de Mértola, tal como as de *Beuipo*, estas últimas bem representadas em Chibanes, são em si mesmas indicadores da prosperidade económica e cultural das cidades portuárias do Guadiana e do Sado, mas são também expressão da sua submissão a Roma, muito embora possa a mesma ter sido negociada. A colonização romana da Ulterior e especialmente do Sudoeste só podem ser entendidas no âmbito da intermediação comercial e cultural de Cádiz na economia da fachada atlântica, que mesmo durante o pleno domínio romano actuará como placa giratória entre Roma e as regiões mais ocidentais da Península Ibérica.

O emergente imperialismo romano, assente no modo de produção escravagista, foi-se expandindo (exploração de terra, trabalho e capital financeiro) através de alianças com as elites oligárquicas locais/regionais (González Román, 2002, 2010; Muñiz Coello, 1994; Padilla Monge, 2006). Roma foi impondo a sua hegemonia político-militar aos territórios nativos, enquanto “estados clientelares”, promovendo a cunhagem monetária nas principais cidades indígenas, com o objectivo prioritário de pagamento de tributos e serviços ao estado romano (Dietler, 2010; López Castro, 1995, 2007).

Os artefactos metálicos dos níveis sidéricos não disponibilizaram informação concludente em termos cronológicos (cf. Cap. XVII); no entanto, devemos assinalar a presença de armas (conto de lança de ferro, CHIB 16/1443), uma peça de arreio equestre (CHIB 13/35), a presença de acessórios de indumentária, como fíbulas de tipo anular hispânico.

A população sidérica que se estabeleceu em Chibanes construiu *ex novo* uma fortificação que representa um extraordinário investimento para a dimensão do povoado, apenas com cerca de 1 ha, e que expressivamente mostra como o factor insegurança pesou definitivamente na projecção de futuro desenhada por esse grupo (cf. Cap. III). O povoado foi rodeado pelo menos por uma linha de muralhas, arciforme, reforçada por bastiões e torres de planta semicircular, no quadrante norte, e entrosada com o talude natural, abrupto, da costeira, competente para defender o quadrante sul. Se a fortificação possui um característico plano orgânico ancestral, bem adaptado à topografia, a urbanização do espaço intramuros orientada pela muralha, à qual se adossaram compartimentos rectangulares, corresponde a modelos meridionais de filiação claramente sidérica mediterrânea. Esses edifícios, cujas bases são de alvenaria de blocos de

calcarenito não aparelhados ligados por argila, teriam as paredes construídas em altura por adobes e/ou taipa e a cobertura seria de materiais perecíveis. A técnica mista de embasamento em pedra e parte superior em terra, muito característica do Mediterrâneo, permite isolar os edifícios da humidade ascendente por capilaridade e aligeirar a estrutura, com grande economia de meios. As habitações possuíam lareiras planas, assentes nos pisos de argila compactada, com planta circular e estruturadas por fragmentos de grandes recipientes de cerâmica intercalados por capas de argila. As portas, de madeira, seriam encerradas com fechadura, conforme indicado pelo aparecimento de chave de ferro monodental (CHIB 96/1305, cf. Cap. XVII).

Quais seriam os inimigos reais ou potenciais que motivaram a fortificação de Chibanes? A ameaça romana seria já perceptível? Ou procuraria a comunidade de Chibanes responder à conflitualidade intertribal indígena, de sociedades complexas e muito desiguais (Crespo, 1997; Quesada Sanz, 2003)? Estaria o castro a defender somente o grupo residente, ou uma população dispersa em pequenas aldeias e quintas rurais pela mesopotâmia entre Tejo e Sado? Da rede de povoamento em que se integrou muito pouco sabemos, como mostra a escassez de pontos minimamente confirmados no mapa da Península de Setúbal (cf. Cap. I). O Tejo teria funcionado como via de interacção ou, pelo contrário, como fronteira geopolítica?

Estrabão refere que entre o Guadiana e o rio Tejo (a fronteira setentrional da Turdetânia) se encontravam alguns Lusitanos e Celtas (cf. Berrocal Rangel, 1992 e Alarcão, 1992), que os Romanos se instalaram na proximidade da margem do segundo rio, fora da Turdetânia. Na Lusitânia, região a norte do Tejo que possui como fronteiras o oceano, a oeste, e a Celibéria a norte e leste (Estrabão 3.3.3), viviam muitas tribos que aquele escritor designa por Lusitanos e descreve como beligerantes que resistiram durante muito tempo aos Romanos (Estrabão 3.3.6).

Estrabão (3.3.1) informa ter sido o Tejo o principal eixo da movimentação das tropas romanas na campanha militar do noroeste peninsular, contra os Galaicos, organizada pelo procônsul Décimo Júnio Bruto, governador da província romana da Ulterior, em 138 a.C. O geógrafo aproveita para enaltecer o papel “civilizador” da presença romana quando afirma que por efeito da chegada do destacamento de Décimo Júnio Bruto terão deixado de ser utilizadas embarcações rudimentares, feitas de couro, no transporte fluvial (3.3.7).

Ao descrever o Sul Peninsular, Estrabão admite que os habitantes da Turdetânia eram os mais sábios da

Ibéria, pois possuíam alfabeto próprio que lhes permitia escrever a História, criar literatura e leis (Estrabão 3.1.6). Se Estrabão tinha em elevada consideração os turdetanos, valorizando a cultura “civilizadora” fenícia de que eram herdeiros, não deixou de sublinhar a bondade do modo de vida romano e a adesão dos Turdetanos ao mesmo, tornando-se maioritariamente latinos (Estrabão 3.2.15).

Face ao evidente desenvolvimento da Lisboa da Idade do Ferro, e dada a sua importância geoestratégica na conexão do mundo mediterrâneo com o Atlântico, João Pimenta (2020) admite, com base no registo empírico, que o acampamento de Chões de Alpompé (*Móron*) (Kalb e Höck, 1988; Arruda *et al.*, 2018) e *Olisipo*, desempenharam um papel importante nessa campanha (Fabião, 2014), mas no quadro de uma eventual e prévia aliança negociada entre Roma e *Olisipo*, citando a propósito o tratado estabelecido em 206 a.C. entre Roma e Gadir (*Foedus Gaditanum*). Na hipótese de ter sido celebrada uma aliança a *deditio* com *Olisipo* é possível que, na margem oposta, a população sidérica do Castro de Chibanes tivesse continuado a sua normal existência? À margem da chegada das tropas romanas à foz do Tejo, mas recebendo aportações culturais?

A complexidade da “romanização” e os diferentes ritmos de integração das sociedades nativas no domínio político romano (cf. Bandelli, 2002; Santos Yanguas e Cruz Andreotti, 2012; Reneses, 2016) podem apreciar-se nessa expedição militar de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.) a terras mineiras (estanho e ouro) e lendárias (Moret, 2019) do noroeste ibérico, auxiliado pela cidade aliada de Gadir (López Castro, 1995, p. 158), que não deixaria de aproveitar tão promissora viagem para a prossecução do seu tradicional comércio marítimo atlântico², transportando supostamente produtos da Ulterior e itálicos, nas cargas da sua frota.

As estruturas sociais, sistemas de povoamento e de poder nativos em toda a região terão continuado a vigorar, mesmo quando os Romanos suscitaram ou impuseram negociações com o propósito de obtenção de *tributum* (Correia, 2017; Sastre, Ruiz e Plácido, 1999). Tal foi documentado em Conímbriga, onde as entidades gentilitárias nativas e as respectivas estruturas fundiárias terão sobrevivido até ao período Imperial (Étienne *et al.*, 1976; Correia e De Man, 2010;

Correia, 2004). Não basta, pois, o aparecimento de materiais romanos em determinados contextos para afirmar a sua romanização; o inquérito tem de ser mais abrangente, tendencialmente holístico, dando visibilidade às dimensões exógena e endógena neste processo de mudança (cf. Nión-Álvarez, Castro e Rivas, 2021).

Se na transição para o séc. II a.C., o Levante e a Andaluzia se encontravam sob o domínio político de Roma, que criou duas províncias: a norte, a Citerior, e a sul, a Ulterior (Roldán e Wulff, 2001), porém, no Ocidente Ibérico, a resistência nativista, em armas, ao domínio romano, genericamente designada por guerras lusitanas teve um longo período e grande intensidade entre 194 e 133 a.C. (Almagro Gorbea e Lorrio, 2004; Apiano, 1937, 1980, 2014; Knapp, 1977; Pastor Muñoz, 2006; Sanchez Moreno, 2002; Tristão, 2013; Tito Lívio, 1993, 1997). Para alguns autores, o ano de 154 a.C. foi de tal forma significativo que o consideram como marco das chamadas “Guerras Lusitanas” (Arruda, 1993; Fernández Uriel, 2006). A partir do faseamento apresentado por Leandro Tristão (2013), teríamos para o período de 194-155 a.C., e tendo como fonte Tito Lívio, mais de 36000 baixas do lado dos nativos e de 11000 do lado das legiões romanas. Seguindo o mesmo autor, mas tendo agora como fonte Apiano, entre 155 e 149 a.C., período em que há referências a Lusitanos e Vetões aliados contra os exércitos de Roma, e em que ocorre o massacre de Galba (150 a.C.), foram contabilizadas 34700 baixas entre os nativos e 22000 entre os romanos. Na 3ª fase do conflito, entre 149 a 137 a.C., em que já surgem referências também a Galaicos, terão eclodido vários focos de conflitos em toda a Península ibérica (García Moreno, 1988). Numância cai em 133 a.C. e Viriato terá sido assassinado em 139 a.C. Seguiram-se outros episódios mais descontínuos de resistência das comunidades indígenas ao domínio romano relatados em fontes escritas, nomeadamente os episódios militares de Caio Mário e Calpúrnio Pisão em 114 e 112 a.C., de Júnio Silano e Servílio Cepião em 109 a.C., Cornélio Dolabela em 101 a.C. e Célio Caldo em 99 a.C. (Tristão, 2013, p. 42). É nesta derradeira fase das chamadas Guerras Lusitanas ou no seu rescaldo, no último quartel do século II a.C., que localizamos a construção da fortificação romano-republicana de Chibanes.

2 - Cf a propósito do tema, Imperial, 2017 e Cortez, 1957, que noticiam prováveis naufrágios no paleoestuário do Mondego, com ânforas greco-ítálicas, Dressel 1A e campaniense A, atribuíveis ao 3º quartel do século II a.C.

Embora tenham surgido numismas cunhados a partir de meados do século II a.C. (cf. Cap. XVIII), o principal indicador cronológico para datarmos a ocupação romano-republicana de Chibanes é o conjunto de produções de cerâmica de verniz negro itálico, que Vincenzo Sorìa (cf. Cap. X) situa no intervalo cronológico de finais do século II à primeira metade do século I a.C. Com efeito, não se comprovou a existência de pré-campaniense, como havia sido proposto, talvez por equívoco, por Manuela Delgado (cf. Cap. I) e as ânforas itálicas mais precoces associadas à Conquista, greco-itálicas e Dressel 1A, são raras (cf. Cap. XIV). Com a informação arqueológica concorda a proveniente de fontes literárias (Schulten, 1937; Guerra, 2004). Segundo Amílcar Guerra, Chibanes pode corresponder a *Caepiana*, correlacionável com a acção militar de 109 a.C., do pretor Quinto Servílio Cepião filho.

A muralha da Idade do Ferro é então arrasada com aproveitamento da pedra para a nova fortificação; as restantes construções pétreas são destruídas, mas prontamente é reedificado o mesmo espaço, com similar urbanismo; a população autóctone deverá ter permanecido. Segundo que contrato social? Qual o grau de submissão? Por capitulação negociada, a *deditio*, em resultado de juramento de *fides* a Roma? De qualquer forma, as evidências arqueológicas apontam no sentido da instalação no povoado indígena de um contingente militar que o fagocita.

O povoado de Mesas do Castelinho (Almodôvar) recebeu, talvez um pouco antes de Chibanes, entre o último terço do século II e os inícios do século I a.C., com a chegada de legiões romanas, as primeiras cerâmicas de importação itálica, nomeadamente campaniense A e ânforas greco-itálicas, e sofreu alterações urbanísticas, com destaque para o desmantelamento do sistema defensivo do séc. V-IV a.C. Os seus escavadores defendem que a anulação da fortificação sidérica terá sido “pactuada”, pois não se associa a evidências de violência (Fabião e Guerra, 2010, p. 471-476). Muito embora com área tripla da de Chibanes e biografia bem diferente, Mesas do Castelinho partilha com Chibanes a desactivação do sistema defensivo pré-romano, mas nada nos garante terem sido similares os motivos que desencadearam tal acção, tanto mais que Chibanes recebeu uma nova fortificação, o que parece indicar conjuntura mais instável no interflúvio Tejo-Sado, do que na bacia do Guadiana. É possível que o porto fluvial de Mértola tenha funcionado como base operacional dos exércitos romanos durante o conturbado período de guerras com as populações nativas (Alarcão, 1985). Mesas do Castelinho entra em declínio a partir

do terceiro quartel do século I a.C., tal como Chibanes, mas o seu abandono definitivo só ocorrerá entre fins do século I e inícios do século II d.C.

Fortificação romana republicana (Fase Chibanes IIIA)

SISTEMA DEFENSIVO

A construção da fortificação tardo-republicana e a sua primeira fase de utilização assinalam uma nova ordem social. O sítio adquire vocação claramente militar, comprovada também pela cultura material móvel. Propomos, agora com mais extenso registo empírico, a instalação em Chibanes de um núcleo militar activo nos finais do século II a.C., como já havíamos formulado (Soares *et al.*, 2019), correlacionável com a resposta do Poder Romano a tardias sublevações lusitanas na esteira da grande rebelião nativista (Arruda, 1993; Arruda *et al.* 2018), podendo, nessa medida, a fortificação de Chibanes corresponder a *Caepiana* (Guerra, 2004).

O povoado manteve a área muralhada preexistente: comprimento máximo de 200 m segundo eixo de direcção NE-SW e largura máxima de cerca de 50 m, tomando como limite a actual linha de escarpa, à época bem mais avançada sobre o vale, como evidenciado pela ablação de construções desta fase (cf. Cap. III). O recinto, murado do lado norte, coroou troço culminante da Serra do Louro com a cota máxima de cerca de 214 m. Os limites nascente e poente do perímetro muralhado, correspondentes aos acessos ao castro pela linha de festo do relevo monoclinal, sofreram maior investimento em arquitectura militar. No extremo ocidental foi possível identificar uma porta, defendida por torres de planta rectangular. O Fortim Ocidental e a Torre Nascente (K16), de estrutura ortogonal e esquinas angulosas, são construções claramente militares; defendiam o sítio nos sectores mais vulneráveis, e eram ligadas, pelo lado norte, através de muro pouco robusto (0,65/0,70 m de largura) que aparentemente só possuía a função de delimitar o espaço habitado. Refira-se o aparecimento na C.3B da Torre K16 de uma ânfora Dressel 1, com a marca C.L.SEX., que tem vindo a ser identificada em sítios de carácter militar, e associada a provável circuito de abastecimento de vinhos itálicos às tropas romanas (cf. Cap. XIV, p. 234).

O Fortim Ocidental (Soares *et al.*, 2019; cf. Cap. III), melhor conhecido que o núcleo defensivo oriental, mostra-se formado por um recinto muralhado de planta trapezoidal (R.F. B5) e por duas torres de planta rectangular (Torres R19 e T7); sobrepôs-se parcialmente à muralha sidérica que lhe serviu de

embasamento, amarração e pedreira. Alguns troços da fortificação sidérica foram integralmente demolidos como o bastião M.XII, para dar lugar à construção do recinto H7. Outros foram parcialmente desmontados (M.III e M.XIII) com preservação dos alicerces, que viriam a ser muito provavelmente reutilizados como embasamento de estruturas republicanas. No seu conjunto, as construções romano-republicanas constituem um sistema defensivo organizado em patamares, que vencem um desnível de cerca de 10 m a NW. O recinto muralhado B5, de planta trapezoidal, possui a área bruta de cerca de 110 m² e adaptou-se à vertente através da criação de duas plataformas. Os panos de muralha que delimitam este recinto, avançado em cunha para NW, são de grande robustez, incluindo blocos ciclópicos, e possuem, em geral, 1–1,20 m de espessura. Os vértices mais expostos foram reforçados internamente. A esta estrutura adossa-se uma torre (R19) de planta sub-retangular, com cerca de 47 m² de área bruta, e paredes igualmente robustas, que defendia o flanco norte da porta ocidental. A sul, a entrada era protegida por uma segunda torre (T7) de planta rectangular, limitada também por paredes espessas (1,20 m de largura), em alvenaria de grandes blocos de calcarenito ligados por argila. A porta ocidental de Chibanes ladeada por torres simétricas segue a arquitectura dos modelos “clássicos” de estabelecimentos militares (Morillo, 2003, figs. 5, 6; 2006 a, b); a similitude com a planta da porta do *castellum* do Cerro de las Fuentes de Archivel, em Murcia (Brotóns e Murcia, 2008, fig. 4) é flagrante. A proposta de entrada em baioneta, embora com paralelos (Olcina, Guilabert e Tendero, 2014, fig. 5), comporta ainda muitas incertezas, a que só o prosseguimento da escavação poderá vir a responder.

Ao Fortim Ocidental anexa-se uma área edificada, presumível aquartelamento, da qual escavámos três edifícios contíguos, de planta rectangular (Tavares da Silva *et al.*, 2021; cf. Cap. III), adossados ortogonalmente à muralha e com porta para o lado oposto, sugerindo a existência de um eixo de circulação aproximadamente paralelo ao muro de encerramento da fortificação. O espaço interior no Edifício B, à excepção de um pequeno vestíbulo, é indiviso; o Edifício A foi segmentado transversalmente e o Edifício C, longitudinalmente. O Edifício A encontra-se muito mal conservado na metade SE e a sua escavação foi parcial.

Os desníveis próprios de construção em encosta foram resolvidos através de botaréus e escadas interiores em materiais perecíveis. O plano urbanístico republicano, a planta e orientação dos edifícios parecem não se afastar, nas suas linhas gerais, dos modelos sidéricos. As técnicas construtivas e a cobertura dos edifícios são igualmente semelhantes às preexistentes. O mesmo se aplica aos equipamentos domésticos (lareiras e postes). A arquitectura em terra continua muito presente.

Da fortificação do extremo oriental escavámos, no que respeita à Fase IIIA, apenas parte da Torre K16 (cf. Cap. III), de planta rectangular, provavelmente de dois pisos, com a largura interna de 4,7 m e de comprimento indeterminado, conservando-se cerca de 9 m, pois o recuo erosivo da escarpa provocou a sua destruição parcial, tal como ocorreu na Torre T7 (Soares *et al.*, 2021; cf. Cap. III).

ECONOMIA

Com a chegada de destacamento militar a Chibanes ocorrem, pois, alterações significativas na paisagem construída, mas também na economia alimentar e na cultura material em geral. No entanto, a dimensão indígena nesta nova realidade sociológica pode ler-se na manutenção de redes preexistentes de abastecimento de produtos alimentares de carácter local/regional. As ânforas, 7,6% da totalidade dos artefactos cerâmicos (Quadro 2), são constituídas, em mais de 2/3 (ca. 78%), por exemplares de tipologia pré-romana e fabrico Tejo-Sado. Estes resultados confirmam a dependência do abastecimento militar de produtos locais/regionais, pois só em época imperial o abastecimento militar passará a ter sistematicamente carácter estatal (Morillo, 2006c). No Edifício C, *Locus* D3, Qs. D-E/2, C. 3B, surgiu uma ânfora de tradição pré-romana, tipo Tejo 3, com restos de salga de peixe (ainda não estudados, mas provavelmente de sardinha, em atenção à dimensão das escamas); no mesmo edifício, no *Locus* G20, sobre o piso 3B (Fase IIIA), encontrou-se um derrame de salga de peixe, semelhante ao do conteúdo da ânfora referida.

O estudo genético do gado bovino da Fase IIIA (cf. Cap. VII)³ é também elucidativo quanto à origem indígena das principais fontes alimentares consumidas pela população de Chibanes entre o final do século II e o primeiro quartel do século I a.C. Os estudos da cultura

.....
3 - O estudo genético (cf. Cap. VII) mostrou que as amostras analisadas continham ADN endógeno, estando presentes os haplogrupos Europeu-T3 e o Africano-T1, o qual foi detectado na Península Ibérica desde o Neolítico, não sendo provável que tivesse ocorrido a introdução de gado bovino pelas tropas romanas.

material⁴ e dos restos faunísticos revelaram uma economia de largo espectro, com pesca⁵ de *taxa* ósseos e cartilágeos, recollecção de marisco, com destaque para a amêijoia (*Ruditapes decussatus*), caça (*Cervus elaphus*; *Oryctolagus cuniculus*) e criação de gado. Os mamíferos domésticos, principal fonte de proteína animal, estão representados por gado bovino, porcino e ovino-caprino, sendo este último o mais abundante (Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017); a sua lã poderá ter sido utilizada para fins têxteis. Atenda-se à presença de tesouras de tosquia no *Locus* T16, Edifício B (cf. Cap. XVII). Foi também registada a presença de equídeos (*Equus sp.*), cuja espécie não foi determinada, mas que em termos económicos faria sentido tratar-se de cavalo doméstico, animal de tiro indispensável em um contexto de acesso difícil para outros meios de transporte e supostamente de carácter militar. No entanto, estes animais só seriam abatidos para alimentação se se acidentassem, ou já muito idosos, e a carne talvez não fosse apreciada! Os restos encontrados em Chibanes, tal como nos contextos coevos de Monte Molião (Lagos), são constituídos quase exclusivamente por dentes. Neste último sítio identificaram-se as espécies *Equus asinus* e *Equus caballus* no Período Romano Republicano, e esta última espécie, também na Idade do Ferro (Detry e Arruda, 2013, p. 219).

A elevada frequência relativa de cerâmica comum de cozinha/mesa (Quadro 2; 56,95%) é um bom indicador do aumento significativo da actividade culinária, facto que parece indicar confecção de alimentos em escala supra-familiar, para um colectivo, como o suposto destacamento militar. A cerâmica manual continua a deter peso significativo (13,6%), muito semelhante ao que possuía na ocupação pré-romana, o que pode estar a indicar a presença de mão-de-obra indígena.

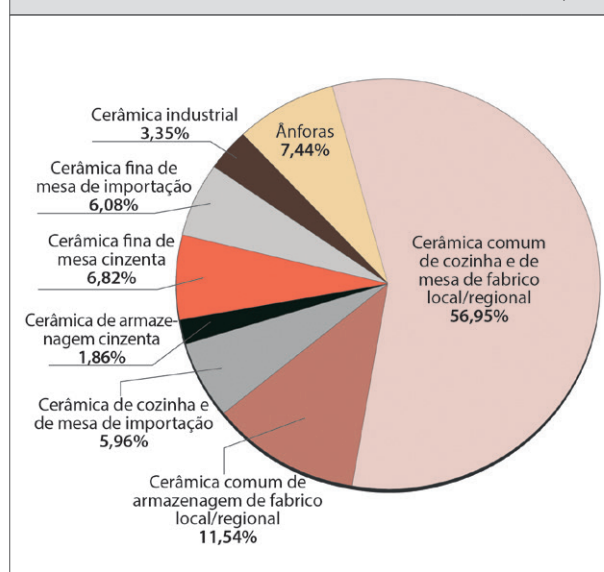
A fiação e a tecelagem (cf. Cap. XV) encontram-se moderadamente representadas (ca. 3% de artefactos associados) (Quadro 2); seguem a tradição tecnológica sidérica e não se articulam segundo lógica de fileira produtiva. Estas características aplicam-se igualmente à Fase IIIB. A fiação está documentada na Fase IIIA por 22 cossoiros, muito dispersos pela área escavada, o que

4 - A identificação de fragmento de uma colmeia em cerâmica e a presença de fragmentos de recipientes de tipo pote-meleiro, atestando a prática de apicultura, provavelmente na envolvente do povoado, a qual oferecia, então como hoje, excelentes condições naturais para o efeito, dão-nos nota da exploração dos recursos silvestres locais segundo lógica de largo espectro.

5 - A pesca ficou também documentada pela presença de pesos de rede em cerâmica e em chumbo.

Quadro 2 - Chibanes. Artefactos cerâmicos. Fase IIIA.

Romano-republicano - Fase IIIA	NMI	%
Cerâmica comum de cozinha e de mesa de fabrico local/regional	459	56,95%
ao torno	347	43,05%
manual	110	13,65%
cozinha/mesa pintada	2	0,25%
Cerâmica comum de armazenagem de fabrico local/ regional	93	11,54%
lisa	65	8,06%
estampilhada	9	1,12%
pintada	19	2,36%
Cerâmica de cozinha e de mesa de importação	48	5,96%
itálica	20	2,48%
Baixo Guadalquivir	16	1,99%
Área Gaditana	6	0,74%
Costa oriental da Península Ibérica	4	0,50%
Engobe Vermelho Pompeiano	2	0,25%
Cerâmica de armazenagem cinzenta	15	1,86%
Cerâmica fina de mesa cinzenta	55	6,82%
Cerâmica fina de mesa de importação	49	6,08%
cerâmica de verniz negro itálico	25	3,10%
cerâmica de paredes finas	22	2,73%
cerâmica de Kuass	1	0,12%
cerâmica helenística	1	0,12%
Cerâmica industrial	27	3,35%
cossoiros	22	2,73%
pesos de tear	2	0,25%
pesos de rede	1	0,12%
colmeia	1	0,12%
material de construção	1	0,12%
Ânforas	60	7,44%
fabrico local/regional	48	5,95%
<i>tipologia pré-romana - fabrico Tejo/Sado</i>	47	5,83%
<i>Dressel I Lusitana</i>	1	0,12%
importadas	12	1,48%
<i>Mañá C2b - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste</i>	6	0,74%
<i>Dressel I itálica</i>	5	0,62%
<i>Ovóide 1 - Bética/ Vale do Guadalquivir</i>	1	0,12%
TOTAL	806	100,00%



pode indicar a mobilidade da sua prática, como tradicionalmente ocorria no meio rural até quase aos nossos dias. No território português era possível observar mulheres transportando fuso e roca presas no avental ou fiando, enquanto pastoreavam gado caprino, quer no norte (p. ex. terras beirãs), quer no sul do país (p. ex. Vale Figueira, Melides).

Em Chibanes, atendendo ao reduzido número de pesos de tear (total de 3 exemplares na ocupação romano-republicana), e mesmo partindo do princípio que poderiam ser utilizados, de forma expedita, outros objectos para manter a tensão da urdidura, a tecelagem teria carácter residual e claramente doméstico. Comparem-se para a totalidade de utilitários de fição e tecelagem inventariados nas Fases IIIA e IIIB o quociente cossoiro/peso de tear em Chibanes (100/3), com o de Monte dos Castelinhos (26/177) (Pimenta, n.p.). A tecelagem seria mais viável economicamente em espaços urbanos, no seio de maiores e mais diversificados mercados consumidores, como seria o caso de Monte dos Castelinhos, 10x superior em área a Chibanes. O tímido aparecimento de agulhas de coser em Chibanes confirma o trabalho de costura, também de escala doméstica. O castro de Chibanes, funcionalmente especializado na função militar, estaria já integrado em economia fortemente mercantilista, como a romana, sendo razoável admitir o aproveitamento de mão de obra feminina local na produção de fio e cordame diverso, ao serviço de necessidades quotidianas, enquanto os têxteis seriam abastecidos do exterior.

A par dos elementos de continuidade, surgem marcadores culturais inequívocos das mudanças em curso: referimo-nos às ânforas importadas, que representam cerca de 21% da totalidade de ânforas, nas quais se incluem maioritariamente a forma Mañá C2b, conotada em geral com o transporte de preparados piscícolas oriundos do Círculo do Estreito e ânforas Dressel 1 itálicas, associadas ao transporte de vinho destinado ao exército e às oligarquias locais/regionais; destacamos a boa representação de cerâmicas finas de mesa de importação (ca. 6%), maioritariamente constituídas por peças de verniz negro itálico (ca. 3,1%) e por cerâmicas de paredes finas (ca. 2,7%). Como afirmam Pedro Angeja e Margarida Arruda (2020, p. 121), os copos de paredes finas constituem uma “*novidade absoluta*”, claramente associada ao ritual de ingestão de vinho itálico.

É provável que a força militar que terá ocupado

Chibanes fosse em parte constituída por tropas mercenárias auxiliares indígenas⁶, o que teria facilitado os contactos com a população local e, a médio prazo, a miscigenação sociocultural. Armas e fíbulas sugerem um contingente militar de génese pluricultural. A forte componente lateniana dos adornos metálicos (cf. Cap. XVII) parece estar representada em Chibanes quase exclusivamente em contexto republicano, o que nos adverte para a componente sociológica celtizante na formação da força militar romana. Por outro lado, a componente itálica seria ainda complementada por outras aportações da grande tradição cultural mediterrânea, como sugerem os seguintes *clusters* de cultura material:

-Cerâmica fina de mesa helenística de origem oriental - Península Balcânica e Próximo Oriente - que associada a *lagynoi* de cerâmica comum permite supor o consumo local de vinho na tradição helenística (cf. Cap. VIII, p. 169);

-Ponderais de provável sistema métrico indígena de tradição fenícia (cf. Cap. XVII).

Por fim, a progressiva monetarização da economia (promoção de oficinas monetárias indígenas) (Correia, 2004; cf. Cap. XVIII) e o aparecimento de expressões como o numeral latino X no fundo de ânfora Dressel 1- (cf. Cap. XIV) e marcas epigráficas quer paleohispánicas, quer latinas, sobre cerâmica comum de fabrico local/regional, sobretudo de armazenagem, mas também de cozinha e em cossoiros, realizadas *ante-cocción* e/ou *post-cocción* (cf. Cap. XVI), deixam perceber a abrangente dimensão da romanização, para a qual as componentes não itálicas, próprias das populações “colonizadas”, deram um contributo decisivo, embora muitas vezes minorizado ou encapsulado.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ESPAÇO

Procedemos à distribuição horizontal do NMI da totalidade dos artefactos pertencentes à Fase IIIA, por forma a obter uma aproximação às funções desempenhados nos edifícios A, B e C (Figs. 1-3), que integram o chamado aquartelamento, e na Torre T7 (Fig. 4), *locus* caracteristicamente militar do Fortim Ocidental, que flanqueava a sul a porta poente.

Em nenhum dos espaços foram encontrados vestígios da prática de moagem, o que permite admitir a hipótese do povoado ser abastecido do exterior em farinha/pão ou de se encontrar essa actividade

6 - A composição heterogénea destes exércitos pode ser apreciada também nas fontes literárias. Vejam-se, por exemplo, as referências a servos libertados para recrutamento no exército de Sexto Pompeio (Apiano, *Bell. Civ.* 2, 103; pseudo-César, *Bell. Hisp.*, 34.2, in Quesada Sanz, 2003).

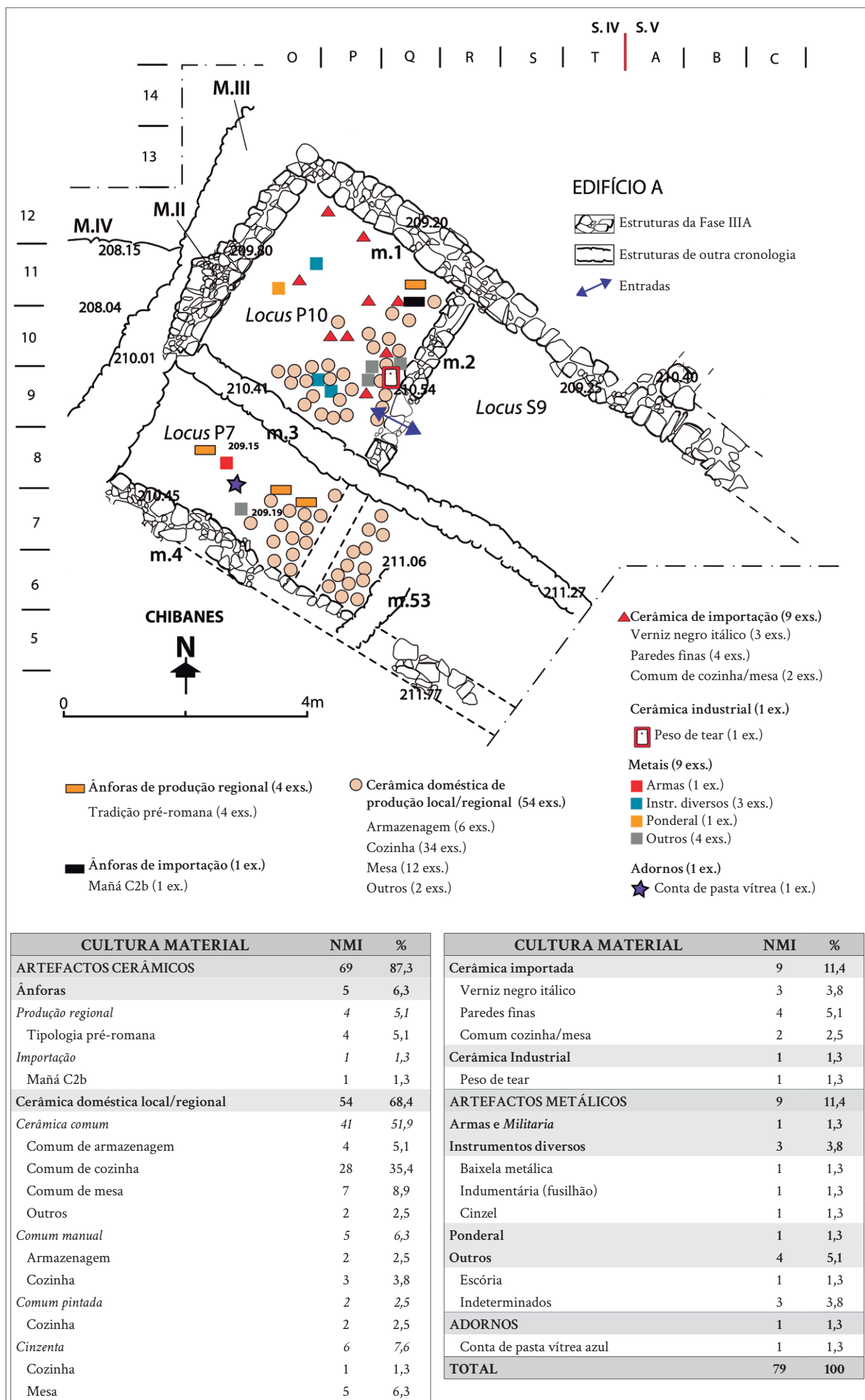


Fig. 1 - Chibanes. Fase IIIA. Distribuição da cultura material no Edifício A.

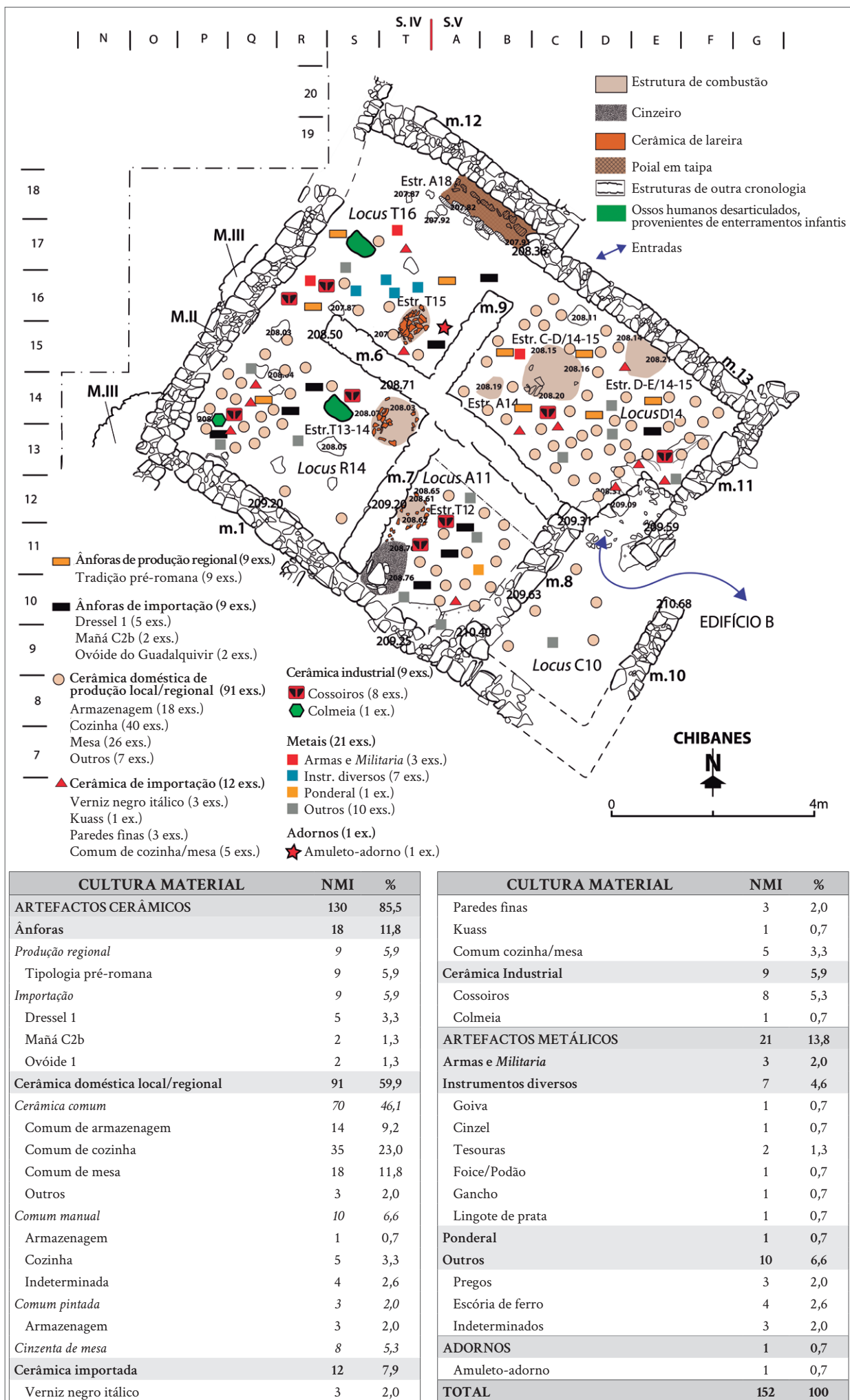
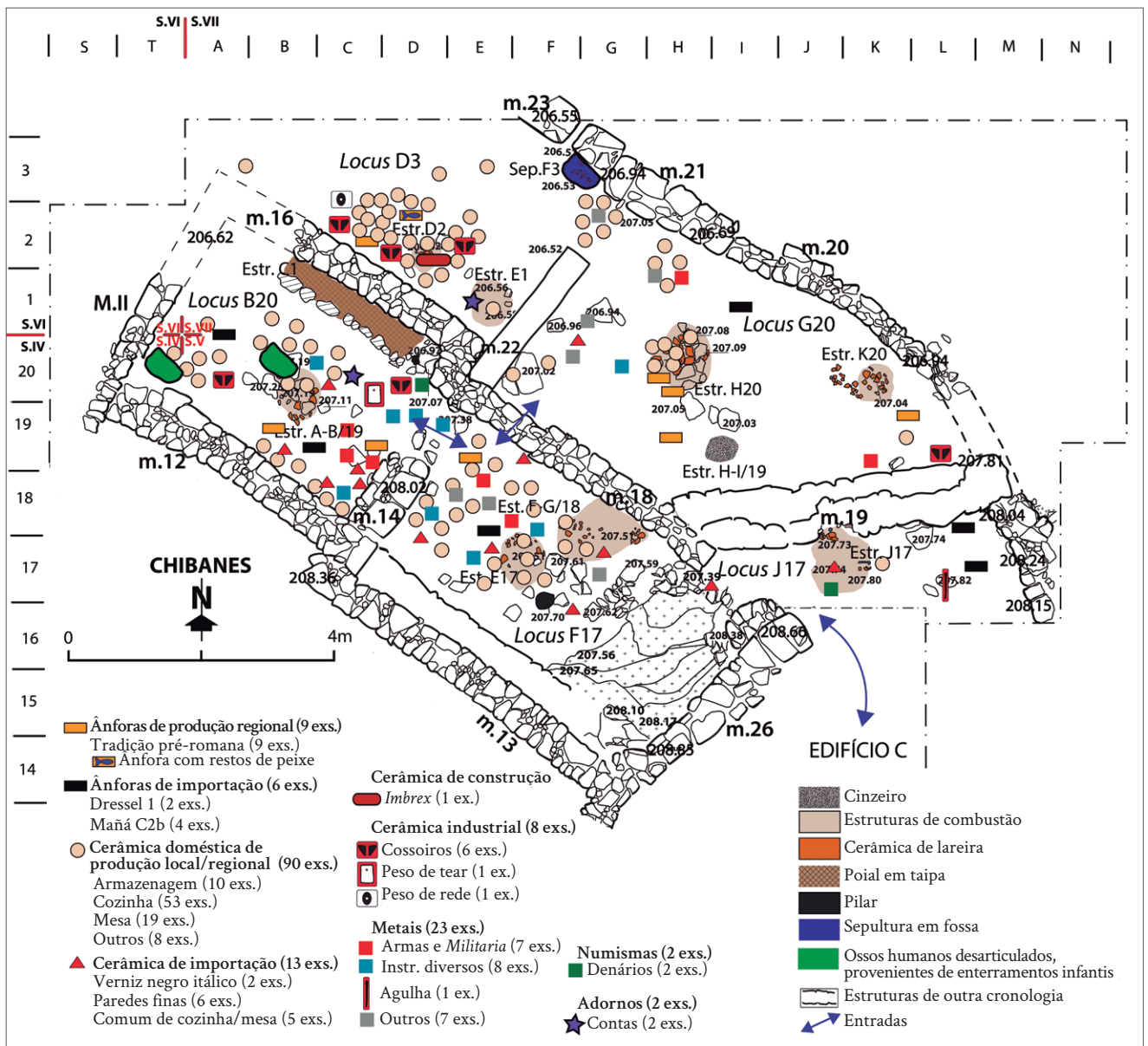


Fig. 2 - Chibanes. Fase IIIA. Distribuição da cultura material no Edifício B.



CULTURA MATERIAL	NMI	%
ARTEFACTOS CERÂMICOS	127	82,5
Ânforas	15	9,7
<i>Produção regional</i>	9	5,8
Tipologia pré-romana	9	5,8
<i>Importação</i>	6	3,9
Dressel 1	2	1,3
Mañá C2b	4	2,6
Cerâmica doméstica local/regional	90	58,4
<i>Cerâmica comum</i>	68	44,2
Comum de armazenagem	10	6,5
Comum de cozinha	46	29,9
Comum mesa	12	7,8
<i>Comum manual</i>	7	4,5
Cozinha	5	3,2
Mesa	1	0,6
<i>Comum pintada</i>	1	0,6
Mesa	1	0,6
<i>Cinzenta</i>	14	9,1
Cozinha	2	1,3
Mesa	5	3,2
<i>Outros</i>	8	5,2
Cerâmica importada	13	8,4
<i>Verniz negro itálico</i>	2	1,3
<i>Paredes finas</i>	6	3,9
<i>Comum cozinha/mesa</i>	5	3,2
Mesa	1	0,6
<i>Indeterminada</i>	4	2,6

CULTURA MATERIAL	NMI	%
Cerâmica Industrial	8	5,2
Cossoiros	6	3,9
Peso de tear	1	0,6
Peso de rede	1	0,6
Cerâmica de construção	1	0,6
<i>Imbrex</i>	1	0,6
ARTEFACTOS METÁLICOS	23	14,9
<i>Armas e Militar</i>	7	4,5
<i>Instrumentos diversos</i>	9	5,8
Agulha	1	0,6
Faca	3	1,9
Fusilhão	1	0,6
Cinzel	1	0,6
Goiva	1	0,6
Enxada	1	0,6
Peso de rede	1	0,6
<i>Outros</i>	7	4,5
Argola	1	0,6
Escória de ferro	1	0,6
Indeterminado	5	3,2
NUMISMAS	2	1,3
Denário P. Porcius Laecus de 110-109 a.C.	1	0,6
Denário M. Sergius Silus de 116-115 a.C.	1	0,6
ADORNOS	2	1,3
Conta de colar de cornalina	1	0,6
Conta de colar de pasta vítrea azul	1	0,6
TOTAL	154	100

Fig. 3 - Chibanes. Fase IIIA. Distribuição da cultura material no Edifício C.

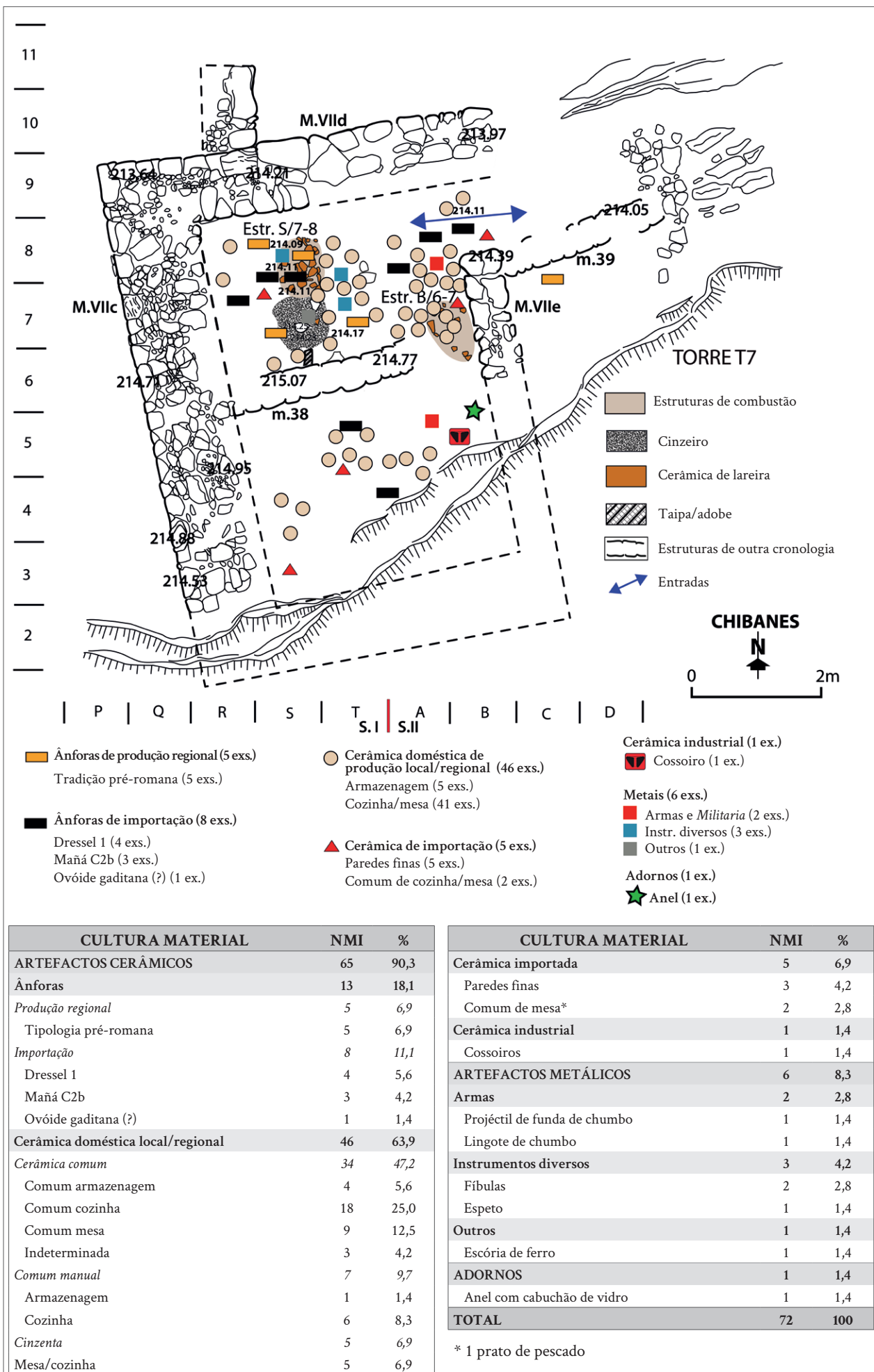


Fig. 4 - Chibanes. Fase IIIA. Distribuição da cultura material na Torre T7.

segregada espacialmente em unidade arquitectónica ainda não identificada.

Todos os espaços se mostraram de propósitos múltiplos, com uma densidade artefactual (NMI/m²) de 2,6 a 3,3 para a generalidade do aquartelamento e de 3,3 na Torre T7. Como denominador comum registou-se a presença maioritária de cerâmica doméstica de produção local/regional, por vezes claramente polarizada porlareiras, mostrando que a preparação/consumo de alimentos ocorreu em todas as áreas analisadas, tal como a armazenagem, provavelmente de água, um bem precioso e escasso. Todos os edifícios analisados possuíam ânforas de tipologia pré-romana, fabrico Tejo/Sado e de importação, cerâmica de paredes finas, armas/*militaria* e também adornos.

A Torre T7 (Fig. 4) distingue-se dos restantes edifícios no que respeita às ânforas de importação, que aqui superam (61,5%) as de fabrico regional, com predomínio da vinária Dressel 1, bom indicador da componente exógena do processo de romanização. De um modo geral, este tipo anfórico associa-se às estruturas tipicamente militares: lixeira do Fortim Ocidental (*Locus* L12, Torres T7 e K16).

No Edifício C, *Locus* F17, destacamos o aparecimento, entre os utilitários metálicos, de um peso de rede de pesca, tubular, em chumbo, tipo de artefacto com larga dispersão por outros contextos da jazida, e por toda a diacronia, marcando claramente o uso de artes de pesca; foram também usados pesos de rede em cerâmica comum de corpo bitroncocónico e orifício de suspensão axial (*Locus* D3); o recurso a anzóis encontra-se documentado na Fase IIIB, o que não significa que o mesmo não tenha ocorrido durante a Fase IIIA.

Na Torre T7 surgiu na C.2, um projectil de funda em chumbo, e lingote também de chumbo (provavelmente para o fabrico local daquele tipo de projectil), que podemos associar ao momento de destruição e incêndio da torre, na interface IIIA/IIIB, a que temos vindo a atribuir possível episódio das guerras sertorianas. Raras em Chibanes, as *glandes plumbeae* são muito abundantes em Monte dos Castelinhos ou no acampamento militar de Alto dos Cacos (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014). Este tipo de projectil foi muito divulgado durante as guerras civis; utilizado comumente pelos exércitos romanos na Hispânia, nomeadamente pela infantaria ligeira, fazia parte do equipamento *standard* do legionário romano (Bernárdez Gómez e Guisado di Monti, 2019).

Exumaram-se apenas dois denários, ambos juntos, no

edifício C, o que apoia a afirmação de Noé Conejo (cf. Cap. XVIII, p. 353), quando admite estarmos perante percas não recuperadas de moedas por militares, e não propriamente perante uma economia local monetarizada, como irá acontecer na fase seguinte.

Se a fição era uma actividade relativamente móvel, podendo ser desempenhada nos intervalos ou em simultâneo com outras actividades, até mesmo nos momentos de convívio, a tecelagem exigia permanência; encontra-se claramente sub-representada, nesta subfase, apenas com dois pesos de tear provenientes dos edifícios A e C; a distância entre os achados pode admitir a hipótese de existência de dois teares, sendo a tensão da urdidura assegurada por “pesos” expeditos não reconhecíveis no registo arqueológico; de qualquer forma, dois pesos de tear “formais” não chegam para atribuir papel significativo à tecelagem no programa funcional da área escavada em Chibanes.

Na hipótese de estarmos perante a ocupação deste espaço por um destacamento militar, seria possível que muitas das tarefas associadas à alimentação, limpeza e curadoria do estabelecimento fossem realizadas por militares, mas a presença de algumas mulheres com vínculos familiares aos mesmos ou com estatuto servil é claramente denunciada pelos enterramentos infantis em espaço habitacional, identificados nos edifícios B e C sob o pavimento das casas (cf. Caps. IV e V). Esta evidência comprova a efectiva presença de mulheres, mesmo na área de cariz militar. Apiano, a propósito da campanha de Júnio Bruto, refere que existiam mulheres a combater e a morrer ao lado dos homens nas hostes lusitanas e que entre os Brácaros/Galaicos, as mulheres que eram capturadas suicidavam-se e matavam os seus filhos (Apiano, p. 71, *apud* Tristão, 2013, p. 61 e 65), certamente em resultado do medo e do ódio que o exército romano inspirava às populações do Ocidente Ibérico.

OBJECTOS CONSTRUTORES DE IDENTIDADE. UM AMULETO PARA CONTAR UMA HISTÓRIA DE VIDA

Um pendente sobre placa de xisto grafitoso muito provavelmente da formação do Paraíso da zona de Aljustrel, antiga Vipasca (CHIB13/1)⁷, não sendo propriamente um adorno (cf. Cap. XIX), dotado de qualidades físicas e estéticas relativamente padronizadas e socialmente valorizadas, integra-se melhor na categoria de amuleto (Vasconcellos, 1885) e, pelo seu carácter único e personalizado, criou a possibilidade de

7 - Informação do Prof. Paulo Emanuel Fonseca, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que muito agradecemos.

recreação de uma plausível biografia para o seu portador (cf. Thomas, 2021), mau grado a subjectividade inerente à leitura dos símbolos.

De forma trapezoidal e vértices arredondados (Fig. 5), foi cuidadosamente polido; apresenta perfuração bicónica destinada a suspensão. Possui as seguintes dimensões: 37 x 18,7 x 5,5 mm; diâmetro máximo do orifício: 3,5mm; peso: 0,4gr. Cor cinzenta média (Munsell N4). Proveio do Edifício B, *Locus* T16, C. 3B, Fase IIIA. Ambas as faces foram gravadas por estilete ou punção metálico de ponta romba. De acordo com pormenorizada análise, José Antonio Correa Rodríguez (cf. Cap. XVI) admite existirem em ambas as faces do pendente caracteres paleohispânicos, mas sem valor fonético.

O carácter único e circunstancial do objecto, de execução um pouco *naïf*, perdido em presumível caserna entre finais do século II e primeiro quartel do século I a.C., leva-nos a admitir que tenha pertencido a militar incorporado no destacamento fundador da fortificação romano-republicana. Provavelmente executada pelo próprio, a peça possui em uma das faces composição dotada de simetria radial, formada por representações atribuíveis a armas hasteadas, onde se podem reconhecer perfis de *pila*. Na face oposta, parece existir a representação, muito esquemática, de pequena embarcação de vela latina, com a aparente incorporação de grafemas ou monogramas que adensam o conteúdo simbólico do objecto. A literacia do portador do amuleto é defensável, bem como um percurso que teria envolvido um modo terrestre, de atravessamento do Alentejo interior, provável origem da matéria-prima, durante o qual teria sido gravada a face de composição radial. Já em Chibanes,

poderia ter sido concluída a gravação da face oposta do objecto, levando em consideração as duas fases de gravação propostas pelo Prof. José Antonio Correa, sendo agora o mar de Setúbal e os seus barcos de pesca, que se avistam de Chibanes, a principal fonte inspiradora. Um outro objecto da cultura material de Chibanes (jarro de cerâmica cinzenta com decoração brunida) ostenta a representação de duas embarcações (Pimenta *et al.*, 2019, fig. 7, nº 28), muito estilizadas; a mais completa deixa ver o casco curvo, com proa e popa assimétricas, mas muito altas, claramente adequadas à navegação oceânica, requisito anotado por Júlio César (*Bell. Gall.* III, 13, 2) como indispensável para fazer face à forte ondulação e tempestades do Atlântico. A fragmentação do recipiente cerâmico eliminou a área onde estariam representados o mastro e o velame. A iconografia náutica do registo arqueológico de Chibanes conta ainda com a representação de uma âncora sobre fragmento de cerâmica comum de produção local/regional (CHIB 01/2113), realizada pré-cozedura (cf. Cap. XVI, Fig. 19). Os dados de Chibanes, de cronologia tardo-republicana, são reveladores da continuidade de uma cultura marítima regional de longa tradição proto-histórica. Atenda-se às representações de embarcações incisas e coroplásticas provenientes de contextos da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada e da Rua dos Correiros, em Lisboa (Arruda, 2019; Pereira e Arruda, 2017). Da Quinta do Almaraz proveio uma das mais antigas ou mesmo a mais antiga representação de embarcação de vela latina de que temos conhecimento (Soares, 2008, p. 39): provável barco de pesca, inciso sobre cerâmica comum, equipado com espadela, “[...] de proa curva, mastro com caimento à vante e vela latina. Esta possui um

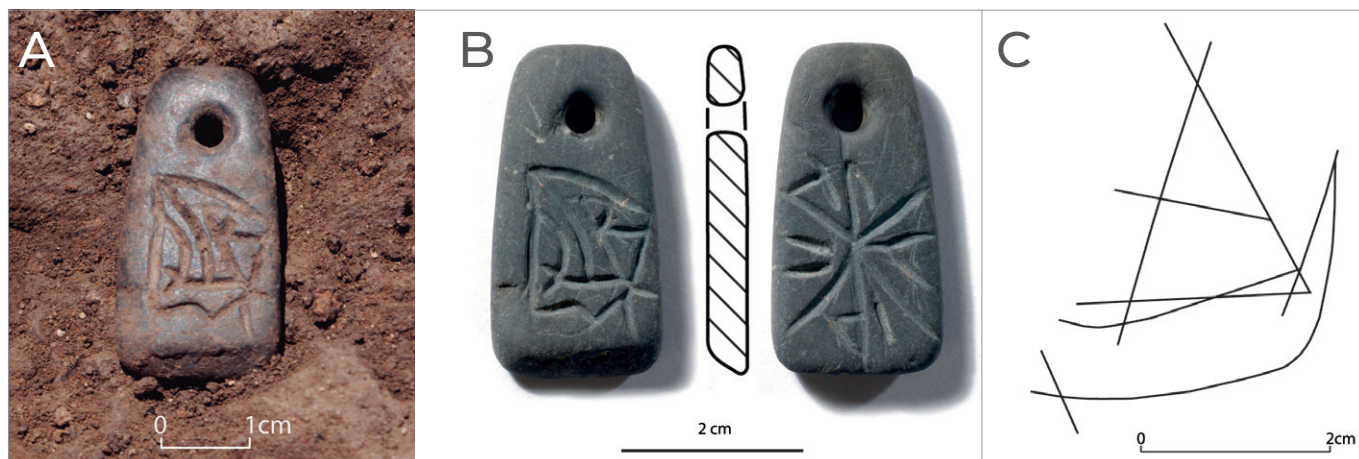


Fig. 5 - Chibanes. Fase IIIA. Pendente sobre placa de xisto (CHIB 13/1). A- No momento da descoberta; B- As duas faces gravadas, com a representação de provável embarcação de vela latina e feixe de presumíveis armas hasteadas dispostas radialmente. C- Grafito de pequena embarcação de vela latina sobre fragmento de cerâmica comum do povoado da Quinta do Almaraz, Almada, *in* Soares, 2008, adaptado de Barros, 1999. Fotos de Rosa Nunes.

bordo firme (bordo de ataque), o qual enverga no mastro ou em um estai. Devidamente posicionada em aparelho próprio, permite navegar contra o vento (bolinar).

“Facilmente poderemos imaginar como seria difícil navegar na costa ocidental portuguesa apenas com vento de popa, sendo, pois, razoável admitir que a vela latina e a navegação à bolina possam ter sido descobertas pelas populações autóctones dos estuários do Tejo e Sado, durante os alvares da Idade do Ferro, ou mesmo em período anterior”.

Reorganização e abandono do Castro de Chibanes (Fase IIIB). Participação nas Guerras Civis?

A separação entre as duas fases da ocupação tardo-republicana de Chibanes encontra-se documentada estratigraficamente (cf. Cap. III) por camada de derrubes de adobes/taipa e/ou de blocos sobre o último piso da ocupação da Fase IIIA (finais do século II-1º quartel do século I a.C.), mais ou menos espessa, presente na generalidade dos *loci* escavados.

No *Locus* B20 a M.II foi alvo de destruição com derrube de blocos que afectou os níveis da Fase IIIA. Na remodelação do espaço, o piso (C.2B) da Fase IIIB assentou sobre esses derrubes. No momento de abandono do sítio, a M.II, entretanto reparada, voltou a colapsar, mas de forma menos brusca, e os seus blocos, então mais dispersos, integraram a C. 1B (cf. Cap. II, fig. 15).

Imediatamente sobre os derrubes das construções da Fase IIIA, realizou-se um programa de reorganização geral do espaço, mantendo embora estruturas e o plano urbanístico anteriores, bem como as técnicas construtivas. A esta fase pertencem duas novas construções muito provavelmente de carácter comunitário/público: forno de cozer pão (Sector XXII, Compartimento E18, C.2B, cf. Cap. II, Fig. 8) e armazéns (*horrea*), aparentemente de mantimentos/viveres (Sector XXII, Compartimentos M11 e H10, C.2B), parcialmente escavados e em parte destruídos pelo recuo erosivo da vertente abrupta virada ao Vale dos Barris; conservavam, directamente sobre o piso, grandes contentores cerâmicos de armazenagem, fragmentados *in situ* (cf. Cap. III, Fig. 26). A função de armazenagem pode ser igualmente lida na composição do conjunto artefactual do Compartimento H10 aqui analisado (Quadro 3): a cerâmica doméstica de fabrico local/regional, com 72,4%, e as ânforas, com 17,2%, perfazem 89,6% da totalidade dos artefactos recolhidos. No grupo da cerâmica doméstica, os recipientes associáveis à função de armazenagem abrangem 76% do mesmo. No que respeita às ânforas, dominam as de tipologia pré-romana e fabrico Tejo/

Sado, enquanto as de importação estão representadas exclusivamente pelo tipo Mañá C2b, confirmando as relações comerciais privilegiadas de Chibanes com o sistema económico gaditano, neste caso, provavelmente, intermediado por *Beuipo/Salacia*, como indicado pelo espólio numismático. Não deixa de ser sintomático o aparecimento de um ponderal, como único utensílio metálico deste espaço.

A reorganização arquitectónica da Fase IIIB manifestou-se sobretudo na segmentação das construções anteriores, de carácter militar, certamente por pressão demográfica e pela maior domesticidade do povoado. Porém, na Torre T7, igualmente segmentada nesta segunda fase, foi possível perceber, como antes referido, uma prévia destruição violenta, por incêndio (cf. Cap. II, fig. 6). Também, como já indicado, no *Locus* B20, a M.II parece ter sido violentamente destruída no final da Fase IIIA. Estas observações levaram-nos a seleccionar como causa próxima do reordenamento do sítio, um episódio destrutivo, rápido, mas abrangente, que temos vindo a associar (Soares *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2021) às Guerras Sertorianas (82–72 a.C.), talvez a um epifenómeno das mesmas, pois, por agora, pouco sabemos sobre a cartografia desse conflito bélico e seu verdadeiro impacto à escala da região, ao contrário do observado em outras áreas peninsulares (Bernárdez Gómez e Guisado di Monti, 2019; Noguera, Jordi Principal e Ñaco del Hoyo, 2014; Salinas, 2014). O Vale do Tejo terá sido objecto da reorganização geopolítica do pós-conflito sertoriano, de que se destacam a fundação *ex-nihilo* do sítio urbano no Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) com mais de 10 ha (Pimenta, 2015) e o abandono das instalações militares de Cáceres el Viejo e de Chões de Alpompé, emergindo dois novos sítios de cariz similar: o acampamento militar de Alto dos Cacos em Almeirim (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014) e o *Praesidium Iulium*, acampamento referido por Plínio (4,117; Guerra, 1995), que teria sido fundado por César durante o seu pretorado na Ulterior, em 60 a.C. ou em 49-44 a.C., na plena guerra civil contra os Pompeios, sítio que daria lugar à colónia romana *Scallabis Praesidium Iulium* (Arruda e Viegas, 2014).

Na área até agora escavada em Chibanes, o abandono, anterior ao principado de Augusto está materializado pelo colapso das estruturas arquitectónicas, cujos blocos pétreos e elementos em terra (taipa e adobes) constituíram uma camada subsequentemente submetida a pedogénese (C.1B). Foram recolhidos raros fragmentos de materiais romano-imperiais à superfície da jazida ou mesmo infiltrados na C.1B (*Locus* P10), que indiciam esporádicas revisitações do local, não consideradas neste volume (Fase IV). A estratigrafia e

Quadro 3 - Chibanes. Fase IIIB. Cultura material do armazém H10 (Sector XXII).

CULTURA MATERIAL	NMI	%
ARTEFACTOS CERÁMICOS	27	93,1
Ânforas	5	17,2
<i>Produção regional</i>	3	10,3
Tipologia pré-romana	3	10,3
<i>Importação</i>	2	6,9
Mañá C2b	2	6,9
Cerâmica doméstica local/regional	21	72,4
<i>Cerâmica comum</i>	15	51,7
Comum de armazenamento	6	20,7
Comum de armazenamento/cozinha	9	31,0
<i>Comum pintada</i>	1	3,4
Armazenamento	1	3,4
<i>Cinzenta</i>	3	10,3
Mesa	3	10,3
<i>Comum manual</i>	2	6,9
Indeterminada	2	6,9
Cerâmica importada	1	3,4
Comum cozinha/mesa	1	3,4
ARTEFACTOS METÁLICOS	2	6,9
Ponderal	1	3,4
Escória de ferro	1	3,4
TOTAL	29	100

a cultura material da subfase IIIB de Chibanes permitem por agora situá-la cronologicamente no intervalo de *ca.* 75-40 a.C.

NOVA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA

A Fase IIIB de Chibanes parece corresponder a dinâmica de crescimento demográfico (expresso na arquitectura e no significativo aumento da cultura material), bem como a um tempo de relativa estabilidade. As construções da primeira fase, designadas por aquartelamento, e mesmo o Fortim Ocidental são segmentados, revelando uma apropriação mais doméstica dos mesmos, como temos vindo a propor. As armas e *militaria* decrescem em relação à primeira fase, respectivamente com 15,5% e 14% do espólio metálico (excluídos os numismas), muito embora não seja possível afirmar uma total desmilitarização.

O estudo faunístico (Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017) revelou a continuação de economia de largo espectro, mas agora no âmbito de ocupação mais estável e de carácter mais doméstico, que a da fase anterior. O gado bovino, associado a ciclos económicos e permanências mais longas, encontra-se

melhor representado; o aumento da caça, a aves e especialmente ao coelho (no âmbito da preservação das colheitas) parece indicar uma maior proximidade e extensão dos campos agrícolas.

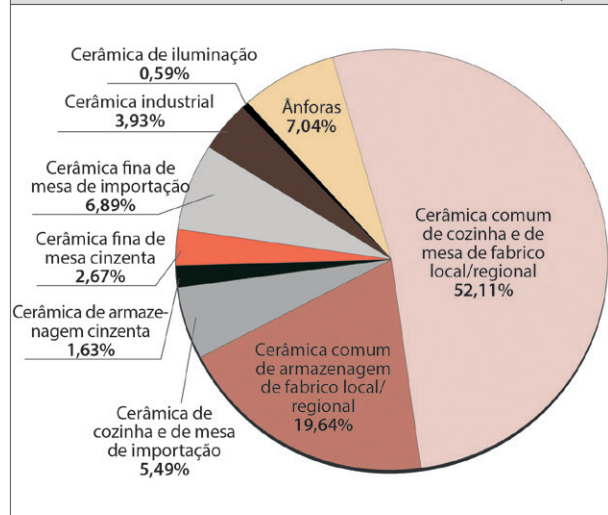
A cultura material apresenta em diversos compartimentos mós manuais giratórias, ausentes na Fase IIIA da mesma área. No que concerne aos artefactos cerâmicos observa-se (Quadro 4) um claro aumento da cerâmica de armazenagem de fabrico local/regional (19,64%); a cerâmica fina de mesa de importação regista em relação à fase anterior ligeiro aumento (6,89%), manifestado pela cerâmica de verniz negro itálico (verifica-se a quase exclusividade de produtos calenos na forma mais utilizada no território português: páteras do tipo Lamboglia 5/7) e de paredes finas; a cerâmica industrial sofre também ligeiro aumento, devido à maior percentagem de cossoiros. A cerâmica de iluminação, sem registos na primeira fase, surge no inventário da Fase IIIB com 8 exs. muito fragmentados, à excepção da peça CHIB.13/2, tipo G de Ricci/Dressel 1B (Tavares da Silva *et al.*, 2019, p. 236, fig. 22). As ânforas mostram relativa estabilidade (7%) face à percentagem detida na Fase IIIA, sendo de sublinhar o aumento dos exemplares de importação e o alargamento dos mercados abastecedores, somando às anteriores áreas geográficas o Norte de África (oleária *Tripolitana antiga*); a maior diferenciação em relação à Fase IIIA observa-se no aumento da frequência relativa da forma Mañá C2b. Este tipo detém *ca.* 61% das ânforas importadas, o que mostra um claro reforço de integração de Chibanes na esfera económica de Gades (López Castro, 1995; Rodríguez Ferrer, 1988), e na área de influência de *Beuipo-Salacia*, à época o mais importante centro urbano do Baixo Sado (Tavares da Silva, 2011). De referir que os numismas de cunhagem hispânica encontrados em Chibanes são, até agora, quase exclusivamente daquela oficina monetária. Noé Conejo observa (cf. Cap. XVIII, p. 353) uma significativa mudança nesta subfase no que respeita à numária, admitindo que os habitantes de Chibanes conheciam “*las estructuras de una economía monetaria*”.

Após o conflito sertoriano, durante a reorganização geopolítica de Pompeio Magno, a região em geral e Chibanes, em particular, parecem ter beneficiado de um período de relativa paz e estabilidade, como antes salientámos, que viria a ser interrompida pela guerra civil entre César y Pompeios (49-44 a.C.).

O povoado é abandonado, em condições por agora desconhecidas, tal como o Pedrão (Soares e Tavares da Silva, 1973) e provavelmente o Castelo dos Mouros. As guerras civis romanas cesarianas, reflexo de sangrenta luta pelo poder político em Roma, na derradeira

Quadro 4 - Chibanes. Artefactos cerâmicos. Fase IIIB.

Romano-republicano - Fase IIIB	NMI	%
Cerâmica comum de cozinha e de mesa de fabrico local/regional	703	52,11%
ao torno	568	42,11%
manual	130	9,64%
pintada	5	0,37%
Cerâmica comum de armazenagem de fabrico local/ regional	265	19,64%
lisa	246	18,24%
estampilhada	8	0,59%
pintada	11	0,82%
Cerâmica de cozinha e de mesa de importação	74	5,49%
itálica	23	1,70%
Baixo Guadalquivir	22	1,63%
Área Gaditana	21	1,56%
Costa oriental da Península Ibérica	1	0,07%
Engobe Vermelho Pompeiano	7	0,52%
Cerâmica de armazenagem cinzenta	22	1,63%
Cerâmica fina de mesa cinzenta	36	2,67%
Cerâmica fina de mesa de importação	93	6,89%
cerâmica de verniz negro itálico	47	3,48%
cerâmica de paredes finas	41	3,04%
cerâmica de Kuass	3	0,22%
cerâmica helenística	2	0,15%
Cerâmica industrial	53	3,93%
cossoiros	51	3,78%
pesos de tear	1	0,07%
material de construção	1	0,07%
Cerâmica de iluminação	8	0,59%
Ânforas	95	7,04%
fabrico local/regional	64	4,75%
<i>tipologia pré-romana - fabrico Tejo/Sado</i>	60	4,45%
<i>Dressel 1 - fabrico Tejo/Sado</i>	4	0,30%
importadas	31	2,30%
<i>Dressel 1 - itálica</i>	5	0,37%
<i>Carmona - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste</i>	1	0,07%
<i>Mañá C2b - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste</i>	19	1,41%
<i>Dressel 1 - Ulterior/ Bética Costa Sudoeste</i>	2	0,15%
<i>Ovóide 1 - Ulterior/ Bética Vale do Guadalquivir</i>	2	0,15%
<i>Tripolitana Antiga - Norte de África</i>	2	0,15%
TOTAL	1349	100,00%



e agonizante fase da República, tiveram na Hispânia o teatro das operações bélicas, mobilizando um notável contingente de tropas, destruindo recursos materiais e população autóctone, nomeadamente na Ulterior, para a prossecução de projectos ditatoriais que lhe eram verdadeiramente alheios. No rescaldo de vitórias e derrotas, sobravam acções de punição ou recompensa. Enquanto no Baixo Tejo as movimentações militares parecem, tendencialmente, ocorrer na órbita cesariana, para indagarmos sobre a sorte de Chibanes, talvez seja necessário conhecer melhor o protagonismo de *Salacia* durante o período tardo-republicano, tendo presente a duradoura influência dos Pompeios em Gades, aliados à aristocrática família dos Balbos, bem como a ligação umbilical da cidade sadina à metrópole gaditana. Refira-se a poderosa e culta família de *Salacia* dos *Cornelii Bocchi* de filiação cultural no Círculo de Gadir (Almagro-Gorbea, 2011). Consequentemente, *Salacia* (antiga *Beuipo*), assim nomeada por Sexto Pompeio em 45-44 a.C. (Grant, 1969, p. 23; Faria, 1999, p. 41-42) ou já anteriormente designada dessa forma de acordo com o texto de Artemidoro (ca. 110-100 a. C.), que localiza na foz do Sado a *Torre dos Salakeinoi* (*Salacini*, em latim), pertenceria também à facção de Pompeio e filhos (Mantas, 1996). O posicionamento de Chibanes, por hipótese entre os partidários de Sexto Pompeio, explicaria a coincidência entre o abandono do Castro e a reactivação do núcleo de povoamento ribeirinho e portuário em *Caetobriga*, nos alvares do Império (Soares e Tavares da Silva, 2018; Tavares da Silva e Coelho-Soares, 2014).

A partir do triunvirato de 43 a.C., a movimentação política de Roma deixa de afectar a Hispania com a anterior violência.

A batalha de *Actium* consolida o principado de Augusto em 31 a.C., marcando o início de uma nova era onde não só na guerra, mas sobretudo na diplomacia e na propaganda se passaria a jogar a capacidade de domínio de tão vasto império⁸.

Bibliografia

- Alarcão, J. de (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*, 11, p. 99-111.
- Alarcão, J. de (1992) – Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In G. R. Zapatero, M. A. Gorbea (eds.),

8 - Ver programa político de Augusto literariamente expresso em Vergílio, *Eneida* VI, 851 ss., trad. Alves, Guerreiro e Cerqueira 2013, p. 170: “A ti, Romano, não o esqueças, cabe-te governar os povos com o teu poder. Estas serão as tuas artes: ditar normas para a paz, ser clemente para com os vencidos e submeter os soberbos pela força”.

- Paleoetnologia de la Península Ibérica*. Madrid: Complutense University of Madrid, p. 339-346.
- Almagro-Gorbea, M. (2011) - L. Cornelius Bocchus, político y literato recuperado del olvido. *Lucius Cornelius Bocchus*. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa da História e Real Academia de la Historia, p. 25-56.
- Almagro Gorbea, M.; Lorrio, A. (2004) - War and society in the Celtiberian World. *E-Keltoi*, 6, p. 73-112.
- Angeja, P.; Arruda, A. M. (2020) - A ocupação tardo-republicana do Castelo de Castro Marim: o contributo da cerâmica de paredes finas para a sua caracterização. In X. Aquilué, J. Beltrán de Heredia, A. Caixal, J. Fierro, H. Kirchner (eds.), *Estudis sobre ceràmica i arqueologia de l'arquitectura. Homenatge al Dr. Alberto López Mullor*. Barcelona, p.111-122.
- Apiano (1937) - *Bellum Ibericum* (ed. e trad.: In A. Schulten, *Las guerras de 154-72 a. de J. C.* (Fontes Hispaniae Antiquae, IV). Barcelona.
- Apiano (1980) - *Bellum Ibericum* (trad.: In A. Sancho, *La guerra de Espana*) Madrid: Ed. Gredos.
- Apiano (2014) - *Guerras Ibéricas - Aníbal* (trad. de J. G. Espelosin). Madrid: Alianza.
- Arruda, A. M. (1993) - Os primeiros contactos. In J. Medina (dir.), *História de Portugal: O Mundo Luso-Romano - A romanização, II*, Parte II. Amadora: Ediclube, p. 161-174.
- Arruda, A. M. (2019) - Portugal na rota das Estrímnidas: evidências marítimas. In E. Ferrer Albelda (ed.), *La ruta de las Estrímnidas. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad* (Monografías de Gahia, 4). Alcalá de Henares/Sevilla, p. 371-385.
- Arruda, A. M.; Cardoso, J. L. (2013) - A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, p. 731-754.
- Arruda, A. M.; Viegas, C. (2014) - Santarém durante a época romano-republicana. In C. Fabião, J. Pimenta (coord), *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira Arqueologia, 3), p. 242 - 255.
- Arruda, A. M.; Pereira, C.; Sousa, E. de; Pimenta, J.; Detry, C.; Gomes, J. (2018) - Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *Spal*, 27 (2), p. 201-227.
- Bandelli, G. (2002) - La colonizzazione romana della Penisola Iberica da Scipione Africano a Bruto Callaico. In *Hispania terris omnibus felicior, Premesse ed esiti di un processo de integrazione, Atti del convegno internazionale (Cividade del Friuli, 27-29 settembre 2001)*. Pisa: Edizioni ETS, p. 105-142. www.fondazionecanussio.org/atti2001/bandelli.pdf
- Barros, L. (1999) - *O Fim do Bronze e a Idade do Ferro no Território de Almada* (Tese de mestrado policopiada). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Beirão, C. de M.; Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1985) - Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*, 3, S. IV, p. 45-135.
- Bernárdez Gómez, M. J.; Guisado di Monti, J. C. (2019) - Sertorio en Guerra. Nuevos datos sobre las guerras civiles romanas en el entorno de Caraca. In E. Gamo Pazos, J. Fernández Ortea, D. Álvarez Jiménez (eds.), *En ningún lugar... Caraca y la romanización de la Hispania interior*. Guadalajara: Diputación Provincial de Guadalajara, p. 103-120.
- Berrocal-Rangel, L. (1989) - El Asentamiento «céltico» del Castrejon de Capote (Higuera La Real, Badajoz). *CuPAUAM*, 16, p. 245-295.
- Berrocal-Rangel, L. (1990) - Materiales Cerámicos «a mano» de una necrópolis nertobriguense (El Cantamento de La Pepina, Badajoz). In F. Burillo Mozota (ed.), *Necrópolis Celtibéricas*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, p. 311-315.
- Berrocal Rangel, L. (1992) - *Los Pueblos Célticos Del Suroeste De La Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.
- Brotóns, F.; Murcia, A. J. (2008) - Los castella tardorrepublicanos romanos de la cuenca alta de los ríos Argos y Quípar (Caravaca, Murcia). Aproximación arqueológica e histórica. In M. P. García-Bellido, A. Mostalac, A. Jiménez (eds.), *Del imperium de Pompeyo a la auctoritas de Augusto* (Anejos de AEspA, XLVII), p. 49-66.
- Cardoso, J. L.; Tavares da Silva, C. (2012) - O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*, 2, S. V, p. 355-400.
- César, G. J. (1996) - *Guerra de las Galias* (trad. V. García Yebra, H. Escolar Sobrino). Biblioteca Clásica Gredos, 50. Madrid: Gredos.
- Correia, V. H. (2004) - Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano. In F. Chaves Tristán, F. J. García Fernandez (eds.), *Moneta qua scripta. La moneda como soporte de escritura* (Anejos de Archivo Español de Arqueologia, 33). Sevilla: CSIC, p. 267-290.
- Correia, V. H. (2017) - *A arquitectura do ocidente da lusitânia romana: entre o público e o privado*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Correia, V. H.; De Man, A. (2010) - Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território. In C. Corsi, F. Vermeulen (eds.), *Changing landscapes: the impact of Roman towns in the western Mediterranean*: Évora: FCT/CIDEHUS, p. 299-309.
- Cortez, F. R. (1957) - Pesquisas arqueológicas submarinas, no Atlântico. *Viriatis*, I (II), p. 120-121.
- Costa, A. I. Marques da (1910) - Estações Prehistoricas dos arredores de Setúbal - Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. *O Archeólogo Português*, XV, p. 55-83.
- Detry, C.; Arruda, A. M. (2013) - A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, p. 215-227.
- Detry, C.; Tavares da Silva, C.; Soares, J. (2017) - Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, p. 113-127.
- Dietler, M. (2010) - *Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France*. Berkeley: University of California Press.
- Estrabão (2007) - *Estrabón, Geografía de Iberia* (trad. de F. J. Gómez Espelosin; Presentación, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M. V. García Quintela, F. J. Gómez Espelosin). Madrid: Alianza Editorial.
- Etienne, R.; Fabre, G.; Lévêque, P.; Lévêque, M. (1976) - *Fouilles de Conimbriga, II - Épigraphe et sculpture*. Paris: Ed. De Boccard.
- Fabião, C. (2014) - Por este rio acima: conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. *Cira Arqueologia*, 3, p. 9-24.
- Fabião, C.; Guerra, A. (2010) - Mesas do Castelinho, Almodovar, um exemplo de urbanismo Falhado. In J.-G. Gorges, T. Nogales (eds.), *VII Table Ronde International Sur la Lusitanie Romaine, Naissance de La Lusitanie Romaine (Iav-Iap,J.C)*. Evora: CIDEHUS/ Universidade de Evora, p. 460-488.
- Faria, A. M. (1999) - Colonização e municipalização das províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (2), p. 29-50.

- Fernández Uriel, P. (2006) – La conquista de la península ibérica por Roma. In A. Morillo (ed.), *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: Universidad de León, p. 39-54.
- García Moreno, L. A. (1988) – Hispaniae tumultus: Rebelión y violencia indígena en la España romana de época republicana. *Polis*, 1, p. 81-107.
- Gomes, F. B.; Arruda, A. M. (2019) – On the edge of history? The Early Iron Age of southern Portugal, between texts and archaeology. *World Archaeology*, 50 (5), p. 764-780. DOI: 10.1080/00438243.2019.1604258
- González Román, C. (2002) – Control romano y resistencia indígena en los orígenes de la Bética. In *Ciudad y privilegio en Andalucía en época romana*. Granada, p. 13-43.
- González Román, C. (2010) – Imperialismo y desarrollos urbanos en la Hispania meridional. In *Dialéctica histórica y compromiso social. Homenaje a Domingo Plácido*. Zaragoza, p. 981-1006.
- Grant, M. (1969) – *From imperium to auctoritas*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio -o- Velho e a Lusitânia* (Série Arqueologia e História Antiga). Lisboa: Edições Colibri.
- Guerra, A. (2004) – *Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2), p. 217-235.
- Guerra, A.; Pimenta, J.; Sequeira, J. (2014) – Conjunto de *glandes plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos - Almeirim. In C. Fabião, J. Pimenta (coord), *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira Arqueologia, 3), p. 293 – 321.
- Horta da Silva, J. A.; Mendonça, V. D. T. (1979) – Nota prévia sobre composição mineralógica e condições de cozedura de cerâmica pré-romana de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 185-194.
- Imperial, F. N. L. F. (2017) – *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.
- Kalb, P.; Höck, M. (1988) – Moron. *Conimbriga*, 27, p. 189-201.
- Knapp, R. C. (1977) – *Aspects of the Roman experience in Iberia, 206-100 B.C.* Valladolid: Universidad.
- López Castro, J. L. (1995) – *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica/Arqueologia.
- López Castro, J. L. (2007) – The Western Phoenician under the Roman Republic. In P. Van Dommelen, N. Terrenato (org.), *Articulating Local Cultures. Power and Identity under the expanding Roman Republic*. (Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series, 63). Portsmouth R.I., p. 103-125.
- Mantas, V. G. (1996) – Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. *Actas das Jornadas sobre a ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa, 343-370.
- Moret, P. (2019) – Eratóstenes y la figura geográfica de los extremos atlánticos de Europa. In E. Ferrer Albelda (ed.), *La ruta de las Estrímnides: navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad* (Monografías de GAHIA), p. 205-215. hal-03098461.
- Morillo Cerdán, Á. (2003) – Los campamentos romanos de Astorga y León. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, 16, S. II, p. 83-110.
- Morillo Cerdán, Á. (ed.) (2006a) – *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: Universidad de León.
- Morillo Cerdán, Á. (2006b) – El ejército Romano en España. In Á Cerdán Morillo (ed.), *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: Universidad de León, p. 87-112.
- Morillo Cerdán, Á. (coord.) (2006c) – *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León/Ayuntamiento de León.
- Muñiz Coello, J. (1994) – Monarquías y sistemas de poder entre los pueblos prerromanos de la Península Ibérica. In S. M. Ordóñez Agulla, P. Sáez Fernández (coords.), *Homenaje al profesor Presedo*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 283-296.
- Nión-Álvarez, S.; Castro González, M. G.; Rivas Nódar, M.A. (2021) – Una puerta a la ocupación prerromana de A Coruña: el yacimiento de Príncipe 17. *Spal*, 30 (2), p. 124-157. <https://dx.doi.org/10.12795/spal.2021.i30.20>
- Noguera, J.; Jordi Principal, J.; Ñaco del Hoyo, T. (2014) – La actividad militar y la problemática de su reflejo arqueológico: el caso del Noreste de la Citerior (218-45 a. C.). In F. Cadiou, M. Navarro Caballero (eds.), *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III-I s. a. C.)* (Mémoires, 37). Bordeaux: Ausonius Éditions, p. 31-56.
- Olcina Doménech, M.; Guilabert Mas, A.; Tendero Porras, E. (2014) – Fortificaciones tardorrepublicanas de Lucentum (Hispania Citerior). In F. Sala Sellés, J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania*. Alicante: Universidad de Alicante, Museo Arqueológico de Alicante, p. 127-137.
- Padilla Monge, A. (2006) – La integración de las oligarquías indígenas en las élites coloniales del sur de Hispania. In A. Caballos Rufino, S. Demougin (coords.), *Migrare. La formation des élites dans l'Hispanie romaine*. Bordeus: Ausonius, p. 205-240.
- Pastor Muñoz, M. (2006) – *Viriato, o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pereira, G.; Arruda, A. M. (2017) – Boats carved on the Atlantic coast of the Iberian Peninsula. Landscape, symbols and people. In A. M. S. Bettencourt, M. Santos Estevez, H. A. Sampaio, D. Cardoso (eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene rock art of the Iberian Atlantic north-west* (BAR International Series, S2878). Oxford, p. 193-202.
- Pimenta, J. (2015) – Monte dos Castelinhos e a conquista romana na Ulterior. In *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos. Vila Franca de Xira. Em busca de Ierabriga*. Lisboa: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Museu Municipal, p. 113-118.
- Pimenta, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de Olisipo no período romano republicano. *Scaena*, vol. I. Lisboa: EGEAC e Museu de Lisboa - Teatro Romano, p. 46-61.
- Pimenta, J. (no prelo) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas de conquista romana da Península de Lisboa e Baixo-Tejo*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pimenta, J.; Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Pereira, T. R. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*, 3, p. 45-79.
- Plínio -o- Velho (1998) – *Historia Natural. Libros III-VI*, (trad. de A. Fontán et al.). Madrid: Gredos.
- Quesada Sanz, F. (2003) – La guerra en las comunidades ibéricas (c.237-c.195 a. C.): un modelo interpretativo. In A. Morillo, F. Cadiou, D. Hourcade, *Defensa y territorio en Hispania, de los Escipiones a Augusto* (Coloquio Casa de Velázquez, 19-20 Marzo 2001). León-Madrid, p. 101-156.
- Reneses, L. S. (2016) – Embajadas, rendiciones y tratados: Los traslados de ligures apuanos y lusitanos (s. II a. C.). *KTÈMA*, 41, p. 191-210.
- Rodríguez Díaz, A. (1991) – Dos cortes estratigráficos en el poblado prerromano de la Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura, Extremadura Arqueológica II*. Mérida: Universidad de Extremadura, p.

- 100-110.
- Rodríguez Ferrer, A. (1988) – El templo de Hércules – Melkart: Un modelo de explotación económica y prestigio político. In G. Pereira Menaut (ed.), *Actas del I Congreso Peninsular de História Antigua (Santiago de Compostela, 1986)*, II. Santiago de Compostela, p. 101-110.
- Roldán Hervás, J. M.; Wulff, A. (2001) – *Citerior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana*. Madrid: ISTMO.
- Sáez Romero, A. (2018) – Apuntes sobre las dinámicas comerciales de Gadir entre los siglos VI e III a. C. *Gérion*, 36 (1), p. 11-40.
- Salinas de Frías, M. (2014) – Reflexiones sobre la guerra de Sertorio en la Hispania Citerior y sus fuentes literarias. In F. Sala Sellés, J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, Universidad de Alicante, p. 23-33.
- Sanchez Moreno, E. (2002) – Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania prerromana: Viriato, jefe redistributivo (y II). *Habis*, 33, p. 141-174.
- Santos Yanguas, J. Cruz Andreotti, G. (eds.) (2012) – *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el Caso Hispano*. Vitoria: Facultad de letras/Universidad del País Vasco.
- Sastre, I.; Ruiz, M. del Árbol; Plácido, D. (1999) – La integración de las comunidades indígenas del noroeste peninsular en el marco romano: el papel de los pactos de hospitalidad y patronato. *II Congreso de Arqueología Peninsular. Arqueología romana y medieval (Zamora, septiembre de 1996)*, T. IV. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 39-50.
- Schulten, A. (1937) – *Las Guerras de 154-72 a. de J.C.* (Fontes Hispaniae Antiquae, F. IV). Barcelona: Librería Bosch.
- Silva, B. dos Santos (2013) – *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: estudo sobre a Geografia e o Império Romano* (Tese de pós graduação em História Social). Universidade de S. Paulo.
- Soares, J. (2008) – Economia do Estuário do Sado. Breve introdução diacrónica. In J. Soares (coord.), *Embarcações Tradicionais. Contexto físico-cultural do estuário do Sado*. Setúbal: MAEDS, APSS, p. 30-78.
- Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 245-305.
- Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, V, p. 159-184.
- Soares, J.; Tavares da Silva, C. (2018) – Introdução. *Caetobriga: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado*. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 11-42.
- Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Duarte, S.; Pereira, T. R.; Soria, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22, p. 79-93.
- Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Pimenta, J.; Pereira, T.; Duarte, S.; Coelho-Soares, A.; Detry, C.; Soria, V. (2021) – O Castro de Chibanes nos meandros da Conquista Romana. In C. Pereira, P. Albuquerque, Á. Morillo, C. Fabião, F. Chaves (eds.), *De Illipa a Munda, guerra e conflito no sul da Hispânia* (Estudos e Memórias, 15). Lisboa: Uniarq, p. 275-292.
- Sousa, E. (2021) – A cerâmica cinzenta do estuário do Tejo durante a Idade do Ferro: algumas precisões sobre a sua cronologia, tipologia, produção e consumo. *CuPAUAM*, 47 (1), p. 127-167.
- Sousa, E. de; Arruda, A. M.; Pereira, C. (2020) – O final da Idade do Ferro, romanização e romanidade da foz do Guadiana. In C. Gaspar, H. Gimeno Pascual, N. Vicent Ramirez (coords.), *Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa, Alcalá de Henares: Centro de Estudos Clássicos (FLUL), Fundación General de la Universidad de Alcalá (UAH), p. 9-30.
- Tavares da Silva, C. (1978) – A ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, IV, p. 117-132.
- Tavares da Silva, C. (2011) – No Baixo Sado: da presença fenícia à *Imperatoria Salacia*. In J. L. Cardoso, M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina* (Tróia, 2010). Lisboa, Madrid, p. 57-72.
- Tavares da Silva, C.; Coelho-Soares, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. *Setúbal Arqueológica*, 15, p. 305-338.
- Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Duarte, S.; Pereira, T. R.; Coelho-Soares, A.; Soria, V. (2019) – Castro de Chibanes (Palmela): Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017. In J. Soares, I. Pinto, C. Tavares da Silva (coords.), *Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular: Do Paleolítico ao período Romano Republicano* (Setúbal Arqueológica, 18), p. 215-246.
- Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Pimenta, J.; Duarte, S.; Coelho-Soares, A.; Pereira, T. R. (2021) – Ocupação do Período Romano Republicano dos sectores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): Um balanço. In G. Cardoso, C. Nozes (coords.), *Felicitas Iulia Olisipo - O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*, V, p. 134-149.
- Thomas, J. (2021) – Assembling Adornment and Assembling Identity. In H.V. Matson (ed.), *Personal Adornment and the Construction of Identity: A Global Archaeological Perspective*. Oxford: Oxbow, p. 201-14.
- Tito Livio (1993) – *Historia de Roma desde su fundación. Libros XXI-XXXV* (trad. de J. A. Villar Vidal). Madrid: Gredos.
- Tito Livio (1997) – *Historia de Roma desde su fundación Libros I-III* (introdução de Ángel Sierra, tradução e notas de José A. Villar Vidal). Madrid: Gredos.
- Tristão, L. S. (2013) – *As Guerras Lusitanas, Estratégias e Armamento Segundo as Fontes Clássicas*. Tese de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Vasconcellos, J. L. de (1885) – *Portugal pré-histórico*. Lisboa: Editora David Corazzi.
- Vergílio (2013) – *Eneida* (trad. A. T. L. Alves, C. A. Guerreiro L. M. G. Cerqueira). Lisboa: Bertrand.